

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**NÍSIA FLORESTA: AS MULHERES, O PROGRESSO E A EDUCAÇÃO DO RIO
GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XIX - (1832 - 1885)**

SANDRA REGINA DE SOUSA LINS

NATAL/ RN
2003
2003.2

SANDRA REGINA DE SOUSA LINS

**NÍSIA FLORESTA: AS MULHERES, O PROGRESSO E A EDUCAÇÃO DO RIO
GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XIX - (1832 - 1885)**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE,
sob orientação do professor Roberto
Airon.

NATAL/RN
2003

AGRADECIMENTOS

Registro aqui o nome daqueles que, direta ou indiretamente me incentivaram, acreditaram em meu potencial e colaboraram para que eu realizasse este trabalho:

- A Deus pelos conhecimentos que adquiri ao longo da pesquisa,
- Ao auxílio fundamental dos professores que participaram diretamente na escolha do tema, como: Roberto Airon (Orientador firme e paciente), Francisco Fernandes Marinho (Co-orientador), a grande colaboração de Aurinete Girão (Seminário de Metodologia de História) e Raimundo Arrais (Pesquisa I),
- Às professoras Denise Mattos e Maria Emília facilitadoras no meu contato com as fontes bibliográficas inerentes ao tema em estudo,
- Ao professor "Marinho" facilitador de fundamental importância, para a conclusão deste trabalho, na seleção do material pesquisado,
- Aos meus familiares: pais, marido, filhos, e aos amigos íntimos, pela compreensão quando estive ausente, em momentos significativos de suas vidas,
- Aos colaboradores do Núcleo de Estudos Históricos (NEH) pela compreensão, respeito, amizade e modo agradável de nos recepcionar,

A todos,

Um abraço carinhoso!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO I – O SÉCULO XIX E OS ESTUDOS DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA	07
1.1. Transformações gerais na sociedade do século XIX	07
1.2. O status social e a educação formal	09
1.3. A historiografia contemporânea sobre a história das mulheres	13
CAPÍTULO II – O BRASIL NO SÉCULO XIX E O CONTEXTO REGIONAL ...	22
2.1. A historiografia brasileira e a questão de gênero	22
2.2. A educação feminina e a sociedade brasileira do século XIX	22
2.3. A realidade feminina na sociedade norte-riograndense no século XIX	24
2.4. A instrução pública em meados do século XIX e a economia provincial	27
CAPÍTULO III – A MULHER, A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO NAS IDÉIAS DE NÍSIA FLORESTA	31
3.1. A educação brasileira e o cenário intelectual feminino no Rio Grande do Norte do século XIX	31
3.2. Idéias de Nísia Floresta sobre educação feminina	33
3.3. A fragilidade feminina, a utilidade da mulher e o valor da instrução	37
3.4. Realidades e contradições nas concepções de Nísia Floresta	41
CONCLUSÃO	46
FONTES E BIBLIOGRAFIA	49
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva apresentar uma compreensão relativa, a partir de um estudo da produção historiográfica do século XX, que nos revelou a mentalidade tradicionalmente masculina, vigente no século XIX. Esta pesquisa aborda as tentativas de se ofuscar a participação feminina nas transformações sociais, políticas, econômicas, intelectuais, dentre outros aspectos que serão considerados, na sociedade brasileira.

Utilizamos as fontes bibliográficas e impressas que apresentavam registros das idéias defendidas pela Igreja Católica e da Maçonaria, bem como, a disputa de ambas pelo controle da mentalidade feminina. O discurso historiográfico foi enriquecido pela questão do gênero, fator que elevou o papel social desempenhado pelo elemento feminino, o que nos possibilitou entender as informações sobre a mulher, enquanto ser social, sua vida, família, aspirações, sexualidade, o direito à instrução, a noção de progresso moral e econômico, e a repressão social a que foram submetidas, dentre outros aspectos. Elementos que mantiveram as mulheres à margem da história, como agentes históricos. Sendo assim, observamos que a educação feminina, já percebida e negligenciada em períodos posteriores, e ao longo do século XIX, na realidade ofuscava a verdadeira contribuição da mulher nas transformações sociais que marcaram aquele século. Embora não importasse como a contribuição se desse, na forma direta ou indireta na sociedade do período.

A partir do estudo da produção escrita por Nísia Floresta, nosso objetivo foi principalmente compreender e divulgar o ponto de vista da autora sobre a emancipação intelectual da mulher brasileira (1832-1885); os conceitos sobre a educação feminina que ampliou debates quanto às capacidades físicas e mentais da mulher, para aquisição do conhecimento científico, aliados à noção de progresso que ampliava-se na Europa e nos Estados Unidos. Também levantamos hipóteses sobre as regras sociais locais, bem como as contradições percebidas nos avanços e recuos ideológicos, vigentes ao longo do século XIX, no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Na tentativa de melhor esclarecer a problemática sobre educação feminina, as transformações da sociedade européia e a performance do elemento feminino, as conquistas, recuos na realidade capitalista do século XIX, recorreremos às produções como: *A Era dos Impérios* de Eric Hobsbawn. Para abordar com precisão a questão do gênero e o

papel sexual atribuídos às mulheres na historiografia, e de como enriqueceu-se a produção historiográfica com detalhes marcantes, sobre o papel social da mulher como transformadora da sociedade registradas nos meios de comunicação (jornais e revistas); além da igualdade de direitos atribuídos aos homens, o combate aos preconceitos de uma moral masculina hipócrita que insistia em manter a mulher com o mínimo de instrução, e para melhor conduzi-la oprimida na vida em sociedade, utilizamos trabalhos recentes sobre a temática de gênero no Brasil como: *A História das Mulheres: as vozes dos silêncios* (Mary Del Priori); *As Mulheres na Historiografia Brasileira* (Margareth Rago); *Modelando a Mulher Urbana* (Correio Paulistano – 1850-1875) (Urquiza Maria Borges).

Para descrever hábitos e costumes da sociedade patriarcal, mantida pela determinação do elemento masculino como ser responsável pelos demais membros da família ou fazenda, o qual proibia o contato das mulheres de diferentes províncias do Nordeste, inclusive do Rio Grande do Norte, com visitantes do sexo masculino; analisamos obras que apresentavam os relatos sobre as rígidas regras sociais do século XIX impostas ao elemento feminino, regras essas que não deveriam ser contestadas ou desobedecidas, assim como os costumes sociais nas cidades e vilas, que como regra geral, mantinham as mulheres alheias às decisões importantes na sociedade, inclusive na escolha do próprio marido. Exploramos também trabalhos de autores locais tais como: *A História do Rio Grande do Norte* (Câmara Cascudo), *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História* (Tarcísio Medeiros). Para entendimento da economia, os impostos, as secas, dentre outros fatores abordados e como estes, que interferiram na construção de obras como as escolas públicas no Rio Grande do Norte e como por sua vez modificaram o comportamento social feminino em Natal, e por último para sistematizar as informações sobre a vida pessoal da escritora Nísia Floresta como: seus anseios e preocupações com o futuro da mulher brasileira, estudamos obras como: *História de Nísia Floresta* (Aduauto Câmara); *Introdução à História do Rio Grande do Norte* (Denise Mattos Monteiro).

O presente estudo estabeleceu como corte temporal o período: 1832-1885, pois Nísia Floresta iniciaria suas publicações, com a “tradução livre” da obra de Mary Wollstonecraft - *Vindication of Rights of Woman*, a qual mantendo o texto original reivindicaria igualdade às mulheres privadas em seus direitos de desenvolverem-se intelectualmente, perante os homens. Reivindicação que manifestou-se constantemente em outras obras da autora.

No primeiro capítulo abordamos os caminhos traçados nas produções historiográficas que evidenciaram as transformações do século XIX e que foram percebidas com a ascensão da “classe média” ao buscar o “status social”, pois adquiria-se paralelamente a instrução. Este último fator, quando iniciou o século XIX destinava-se principalmente ao elemento masculino, essa realidade ampliava-se ao longo do mesmo período, para mulheres ocidentais de áreas urbanas na Europa e Estados Unidos. Sendo assim, contribuiu relativamente em meados do século XIX (na sociedade brasileira) com a instrução feminina.

No segundo capítulo trabalhamos os elementos da historiografia brasileira, que nos daria a compreensão, ao explorarmos os meios de comunicação (jornais e revistas). Nos deparamos também com a interferência de instituições como a Maçonaria e Igreja Católica, nas relações sociais que envolviam a instrução feminina. Na divulgação das obras historiográficas abordamos a questão de gênero, reveladora dos preconceitos e tradições sociais que ultrapassaram as fronteiras sociais do tempo e da complexa relação com o econômico.

No terceiro capítulo analisamos em Nísia Floresta suas propostas e críticas dirigidas *aos homens*, *ao governo*, e principalmente às *mulheres*, que deixaram acomodarse com a situação de subjugação que lhes foram impostas por regras sociais. As ações reflexivas da escritora, para os três grupos destacados como as “idéias avançadas para a época”, levaram-na a argumentar não querer incitar a guerra entre pessoas de sexo diferentes. Propunha então, a moderação, para as mulheres e pedia aos homens a concessão de “um certo espaço”, para que a mulher pudesse instruir-se e melhor colaborar na educação aos filhos.

CAPÍTULO I – O SÉCULO XIX E OS ESTUDOS DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA

1.1. Transformações gerais na sociedade do século XIX

O século XIX foi marcado por transformações graduais, no âmbito econômico, social, político e ideológico.

As transformações na sociedade foram possíveis, por haver uma forma mais liberal na economia capitalista que fincava suas bases e possibilitava a ascensão da burguesia que conseguia vencer as dificuldades dos períodos anteriores ao século XIX. As conquistas foram graduais e o conforto material só pode ser sentido, ao final do século XIX: as pessoas apropriavam-se de objetos caros; o consumo de alimento e bebidas era abundante; mantinha-se num grupo de destaque ou numa posição social privilegiada conforme o estilo de vida burguesa conquistado e dito apropriado. Sendo assim, homens de negócios fortaleciam-se, pois profissões liberais proliferavam e os elevavam aos altos escalões do serviço público. Um exemplo clássico de país capitalista a ser citado é a Inglaterra. Nessa sociedade a medição do “status” definia-se numa hierarquia social urbana pela escolha do local onde habitar. Outro fator de destaque é o “papel da mulher”, pois cabia-lhe conforme o nível social que ocupasse: estar em casa à tarde e promover ou participar de recepções. A partir disso, percebe-se que a vida privada e o status social mantinham-se inseparáveis¹.

Sabemos que no período pré-industrial a ascensão da “classe média” foi lenta, pois não houve acúmulo de capitais, embora houvesse o modelo das antigas elites a serem seguidas. No entanto, quatro fatores merecem destaque por modelarem um estilo de vida mais ou menos formal, definindo-se principalmente em âmbito privado.

O *primeiro* fator refere-se à “democratização política” que possibilita a burguesia liberal, a mais rica, e anteriormente rejeitada, a participar da vida pública e política. O *segundo* fator está relacionado a um “afrouxamento da burguesia triunfante e os valores puritanos”. Essa burguesia defendia a ideia de que ganhar dinheiro era tão importante quanto gastar. Esse pensamento estendia-se aos menos opulentos, e divergia dos puritanos quanto ao acúmulo. O *terceiro* fator pôde ser percebido, no “afrouxamento as estruturas da família burguesa”. Nesse caso a emancipação feminina evidenciava-se

¹ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. p. 233-237.

entre a “juventude”, por influência das artes e da literatura. O quarto fator a ser considerado foi o significativo “aumento de elementos da classe média”, que aspiravam com obsessão, fazer parte da burguesia.

A situação descrita por Hobsbawm revela-nos que a democratização possibilitou a ascensão das “classes médias e operárias autoconscientes”, porém, gerou um “problema de identidade social” em diversas partes:

“Na França sustentava-se que a revolução havia abolido as classes. Na Inglaterra, que as classes, não sendo castas fechadas, não existiam. Na América, o perigo parecia residir na possibilidade de as massas se mobilizarem como uma só classe, identificando seus exploradores como outra classe, mas sim em que, afirmando o direito constitucional à igualdade, declarassem pertencer à classe média diminuindo as vantagens de pertencer a uma elite”².

Sabe-se que o sonho da burguesia ao “estrato social superior” foi de encontro às idéias da “antiga nobreza proprietária da terra”, que buscava manter-se a todo custo com privilégios econômicos e políticos. Embora houvesse imprecisão nos limites entre a aristocracia e a burguesia, o mesmo ocorria entre os limites da burguesia e seus inferiores.

A industrialização, principalmente alemã (1870) excluiu de um status mais elevado pessoas de origem humilde, com exceção daquelas em que a fortuna alcançada era de grande dimensão. Esse fato propiciou na década de 1880 uma revisão, quanto ao desprezo de algumas profissões de classe média alta (merceeiro). Essa realidade diferenciou-se da inglesa, pois vendedores de chá, de sabão, de carnes congeladas acumulavam riquezas e usufruíam o conforto material com títulos, iates a vapor, por exemplo. As tendências da economia rumaram para expansão do setor terciário, nele surgiram empregos em escritórios públicos e privados. A qualidade educacional se fez exigida, e a recompensa relativamente modesta utilizou-se do elemento humano de ambos os sexos, que buscavam, sem fazer parte da “classe operária”, o estilo de vida e respeitabilidade da classe média.

² Ibid., p. 239-240.

1.2. O status social e a educação formal

Diante das transformações econômicas, a tentativa de galgar espaço no meio social, fez que a “educação formal” possibilitasse novos caminhos com práticas como o esporte (uma das principais invenções da época), aliado à tecnologia científica e à “indústria educacional”, em expansão. Na realidade, a educação tornou-se também um “distintivo social”, pois os investimentos, para adquiri-la, eram consideráveis, o que já excluía uma parcela menos favorecida economicamente. Como afirma Hobsbawm: “A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as faixas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das ordens inferiores”.³

A burguesia genuína não encontrou dificuldades para organizar-se como elite e procurou utilizar métodos semelhantes aos da aristocracia inglesa. Tentava-se na realidade, adentrar na classe nobre, pois os interesses comerciais eram o objetivo principal, e que seus filhos e filhas conviveriam e adquiririam um estilo de vida aristocrático.

Nos Estados Unidos da América, norte e leste principalmente, preparavam os filhos das chamadas boas famílias, para que pudessem no futuro próximo atingir o status, pois além de freqüentarem as universidades particulares fariam parte da elite dominante. Segundo o mesmo autor:

*“As burguesias de fins do séc. XIX eram, portanto, uma estranha combinação de sociedades fechadas, mas educacionalmente abertas: abertas por ser entrada franqueada em virtude do dinheiro, ou mesmo (por meio de bolsas de estudos e outras providências destinadas à estudantes pobres) do mérito, mas fechadas, na medida em que era claramente dado a entender que alguns círculos eram consideravelmente mais iguais que outras. A exclusividade era puramente social”.*⁴

Percebe-se que embora a grande burguesia defendesse a idéia de educação acadêmica para socialização, esta estendia-se principalmente, para os filhos, enquanto que para as filhas tornava-se opcional. O distanciamento no tempo, e as realizações de negócios bem sucedidos eram gerenciados, normalmente, pelo elemento masculino. Ao que tudo indica a burguesia acreditava nas idéias de individualismo, respeito à propriedade,

³ Ibid., p. 247.

⁴ Ibid., p. 251.

ao progresso, em reformas e num “liberalismo moderado”. Sendo assim, as expectativas de *emancipação feminina* ampliaram-se para mulheres nascidas após 1860⁵. No entanto, nos escritos de 1880 em diante, é que observadores progressistas do sexo masculino teorizaram e discutiram sobre o tema com uma maior ênfase, onde destacam-se nomes como *Nora Henrik Ibsen* e *Rebecca West*, por exemplo.

Compreende-se que as mudanças que ocorriam em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América, não se deram em áreas como: “a Ásia, na América Latina e nas sociedades camponesas do sul e do leste europeu, ou mesmo nas sociedades agrícolas”. No mundo dito desenvolvido, as mulheres (1875) trabalhadoras optavam por diminuir o n.º de filhos. Esse fato só foi observado no 3º mundo, após as duas Guerras Mundiais, pois as condições de vida material firmavam-se e a medicina realizava conquistas e propiciava o alto índice de natalidade, o qual iniciou o declínio após o intervalo de uma geração.

Provavelmente, o “*controle de natalidade*” adaptava-se às novas estruturas ocidentais, as quais gradualmente ocupariam funções diferentes do trabalho doméstico.⁶

Ao que tudo indica, as mudanças nas sociedades pré-industriais, não se repetiram nos campos, embora para alguns homens tenha havido mudanças, o mesmo não se deu com a existência feminina, que permaneceu incapacitada de separar as funções familiares e o trabalho. Sendo assim, realizaram tarefas ainda sexualmente diferenciadas nas fazendas, como: cozinhar e criar os filhos. Enquanto isso, fora dos campos, artesãos e pequenos lojistas utilizavam-se da mão-de-obra feminina, na condução do comércio local, e onde não distinguir-se-iam ocupações puramente femininas (exceto talvez a função de prostituta e nos divertimentos públicos) e puramente masculinas. Nesse contexto, é possível perceber que a maioria das mulheres foram mantidas “agrilhadas pelo duplo trabalho e pela sua inferioridade em relação ao homem”. Sendo assim, parece-nos que as mulheres encontravam-se fora da sociedade do século XIX e não fora da História, como algumas feministas do século XX divulgaram na historiografia produzida na década de 1970.

⁵ Segundo Hobsbawm a chamada emancipação feminina pode ser compreendida no contexto, na história das chamadas classes médias ocidentais, “iniciada e mesmo quase inteiramente restrita ao estrato médio, e, em forma diferente, dos estratos superiores da sociedade estatisticamente menos significativos”. *Ibid.*, p. 271-306.

⁶ O controle da natalidade foi tomado por Hobsbawm, como parâmetro indicador de novas estruturas, valores e expectativas que podiam ser percebidas nas esferas das mulheres trabalhadoras ocidentais. Porque a maioria delas estavam afastadas da economia convencional, então aquelas que trabalham fora do lar eram consideradas “ocupadas”. *Ibid.*, p. 276-277.

Se ao final do século XIX, numa perspectiva global, percebe-se que as proto indústrias (tecelagem em tear manual, tricotagem etc.), ao longo do tempo substituíam a produção artesanal e a indústria doméstica, pela nova mecanização (destaque para a máquina de costura) e uma força de trabalho mal remunerada. Essa situação, possibilitou às mulheres excluídas da ocupação industrial a manutenção e reativação da indústria doméstica com a supervisão da casa e dos filhos. Essa realidade, excluiu muitas mulheres da economia publicamente reconhecida e manteve um contingente numeroso de mulheres dependentes economicamente dos homens. A sociedade mantinha, desse modo, viva, a tradição da escolha de um parceiro em condições econômicas ideais.

Assim, a mulher não necessitaria trabalhar, cuidaria da família, comprovaria não pertencer a uma família pauperizada e manter-se-ia dependente. No caso das solteiras, se trabalhassem fora do lar, após o casamento deveriam abandoná-lo, a menos que fossem viúvas ou abandonadas pelo marido.

No âmbito político e econômico do século XIX, prevaleceu a masculinização em diferentes setores da sociedade. Embora a “democratização e o direito ao voto” já terem sido concedidos, após 1870, as mulheres foram sistematicamente excluídas de gozar desses direitos. Essa realidade feminina esclarecida por Hobsbawm revela-nos que:

“... pela natureza das coisas, as diferenças entre as mulheres, na nova situação de dependência econômica e na antiga situação de inferioridade, não eram na prática muito grandes. Em ambas, os homens eram o sexo dominante, e as mulheres, seres humanos de segunda classe: posto que careciam totalmente de direitos de cidadania, não se podia sequer chamá-las cidadãs de segunda classe.”⁷

Transformações estruturais (sociais, econômicas e políticas) e tecnológicas (fogão a gás e elétricos etc.), ao final do século XIX, possibilitaram o desenvolvimento da educação primária e expansão do magistério, profissão considerada subalterna, porém largamente difundida e feminilizada nos Estados Unidos da América (EUA) e na Inglaterra. Essa realidade, possibilitou que um contingente feminino cada vez mais amplo freqüentasse à escola, principalmente, as filhas dos camponeses, operários, classes médias e da antiga e nova classe baixa. Nas duas últimas décadas do século XIX, as expectativas

⁷ Ibid., p. 282-283.

sociais, quanto à emancipação feminina ampliaram-se e confinaram-se às classes médias. As idéias sufragistas em defesa do voto feminino, eram apoiadas pelos EUA e Inglaterra, embora as conquistas se dessem somente após a Primeira Guerra Mundial. Evidenciou-se na década de 1880 uma democratização política com direitos e oportunidades iguais para as mulheres, implícita na ideologia da burguesia liberal. A emancipação feminina tornara-se viável, porque após 1870, os pais da classe média, não ricos, incentivaram a educação das filhas para que pudesse alcançar uma relativa independência econômica. A esse contexto, é possível acrescentar que a ascensão econômica que os empregos femininos possibilitavam, elevaram a mulher (principalmente dos consumistas) a “alvo principal do mercado capitalista”.

De fato as propagandas das indústrias (1880) fixaram-se no elemento feminino, pois ganhasse ou não dinheiro, geralmente era quem decidia sobre os gastos domésticos. Outro alvo das sociedades capitalistas eram as damas burguesas, consumidoras de artigos de luxo pessoal. Essa realidade, de modo geral propiciou novos empregos para as profissionais femininas.

Na compreensão de Hobsbawm, as mudanças e conquistas atingiram mulheres ocidentais das áreas urbanas e industriais, percentagem mínima da raça humana, beneficiada e composta, principalmente, pela classe média. Enfatiza ainda, que:

“... pelos padrões simples e elementares de Mary Wollstonecraft, que pediu direitos iguais para ambos os sexos, tinha havido uma importante vitória no acesso das mulheres às ocupações e profissões até então entendidas, do bom senso e mesmo das convenções burguesas, como na ocasião em que os homens ginecologistas argumentavam que as mulheres eram especialmente inadequadas, para tratar de doenças, especialmente, femininas.”⁸

Sabe-se que a realidade feminina no decorrer do século XIX foi repleta de avanços e recuos conforme as oscilações econômicas, principalmente. Esses fatos, ao longo do tempo suscitaram questionamentos, ao “silêncio” da historiografia sobre a “história das mulheres”.

⁸ Ibid., p. 304.

1.3._ A historiografia contemporânea sobre a história das mulheres

Interpreta-se na historiografia contemporânea, o valor e extensão do vasto campo de pesquisa que a “história das mulheres” propicia aos profissionais pesquisadores nas diferentes áreas: sociologia, antropologia entre outras. Produções como as de Mary Del Priori, Margareth Rago e Urquiza Borges⁹, são nomes que investigaram o que foi produzido nos séculos anteriores e no decorrer do século XIX no Brasil, sobre o “papel da mulher” na sociedade.

Mary Del Priori¹⁰ em suas pesquisas valeu-se de idéias e obras como as de: “Platão, Aristóteles, Condorcet, Rousseau, Spinoza, Engel, Simone Beauvoir”, dentre outros, e pôde perceber a variedade de entendimentos e posições sobre as mulheres. Segundo Priori, no século XX, as mulheres continuam a ser pensadas não somente no campo filosófico, mas em áreas como História e Psicanálise, dentre outras. Isso revela-nos que a empiria passou a ser o ponto de partida para se pensar a diferença, e que apesar de se desqualificar a razão feminina, a mulher necessitava de limites, os quais a educação os imporia, pois segundo os filósofos:

“... a razão das mulheres não parecia lógica. Por falta-lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil, sem parâmetros, o que a dobrava obrigatoriamente à dependência da razão masculina. Mas além, esta peculiaridade obrigava as mulheres ao aprendizado das virtudes e das regras de conduta. Por não possuírem razão, as mulheres seriam dotadas de paixões desenfreadas; paixões, tal como a razão, sem limites. Daí a educação moral que, de Fénelon a Rousseau, alimentará o discurso sobre as mulheres; uma educação moral que, segundo estes autores, as afastariam do acesso ao saber e do exercício de sua razão. Educação que imporia um limite à vontade sem freios, da criatura insatisfeita que era a mulher”¹¹.

Seguindo o raciocínio de Mary Del Priori a história das mulheres ganhou “forma” a partir da explosão feminista, a partir de 1970. “Como Mary, pensava Margareth Rago, acrescentando em sua pesquisa historiográfica, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades possibilitou uma reflexão crítica sob a construção do

⁹ Para maiores esclarecimentos sobre as idéias dessas autoras, pesquisar na obra: SILVA, Zélia Lopes (Org.). In: *Cultura histórica em debate*, p. 81-95.

¹⁰ PRIORE, Mary Del. *Historiografia brasileira em perspectiva*. p. 217-236.

¹¹ *Ibid.*, p. 219.

discurso histórico do passado, o qual, acumulava-se quanto à subjetividade do narrador". Pois buscou-se através da história social compreender-lhes o cotidiano, a opressão masculina e capitalista sobre elas¹².

A década de 1970 impulsionou a abertura das universidades a grupos de pesquisa que produziram trabalhos e monografias com o tema. Os temas de reflexão intelectuais tomavam por base de trabalho as diferenças sexuais e a opressão que subjugava a mulher. Porém, esses objetos diferentes entre si, deveriam assim manter-se nas avaliações. A dificuldade historiográfica foi como articulá-los entre si, desse modo objetos inéditos como "sexualidade, a criminalidade, a alimentação e os desvios" passaram a ser trabalhados. Esses temas supervalorizados inicialmente, foram substituídos posteriormente por temas de representações culturais e sociais: "o medo, o pecado, as relações entre vida privada e vida pública". A noção nova de "cultura feminina" fez o sucesso da história cultural e das representações, principalmente pelas abordagens etnológicas ou antropológicas, na historiografia, envolvendo papéis sexuais (com ênfase no universo feminino) para que através de "significações simbólicas", a "cultura feminina" possibilitasse sentido ao espaço social. Os anos 70, do século XX, na prática, representaram um momento de idéias que possibilitaram o controle legal para procriar e abortar. Esse período esteve em sintonia com a tentativa de manter "freadas" as mulheres, em diferentes partes do mundo, mas que no Brasil insistia em manter as mulheres como prioridade, "marginalizada" e envolta com a educação dos filhos e dependente de seus companheiros.

A revisão historiográfica com uma reflexão sobre a especificidade do objeto, se fazia necessário, para que pudesse ser acrescida à história das mulheres elementos novos como: as condições de vida materialmente difíceis, hostis à implantação do projeto feminista, o papel das mulheres no lar e no trabalho. Uma das preocupações levantadas por Mary Del Priori estava relacionada com a constatação do silêncio sobre elas, e a interpretação das fontes encontradas não deixou pistas nem marcas aparentes, para serem seguidas. Na historiografia questionou-se, ainda, as condições femininas de interferir diretamente sobre os fatos históricos, visto que a história das mulheres só ocorria quando um círculo masculino era vencido.

No início da década de 1980 parecia que na historiografia, a mulher havia saído do silêncio e do esquecimento, pois mostrava-se episódios de luta e resistência

¹² RAGO, Margareth. *Cultura histórica em debate*. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Op cit., p. 81-114.

feminina que as inseriam “no tecido social histórico”, o qual anteriormente, mostrava-as abandonadas pela memória coletiva. As críticas de Mary Del Priori depararam-se com o que ela chamou de “hit parade da história, pois parecia-lhe, que a história das mulheres vendia, aparecia nas vitrines das livrarias” e assim, pareciam ganhar espaço. Mary alertamos de que essas circunstâncias não passaram de manobras deliberadas, pois o pseudo espaço era controlado e o local previamente assinalado, ao que tudo indica pelo elemento masculino. Na defesa de Mary, a história das mulheres, para ser encontrada em bibliotecas ou livrarias, não necessitava de “abrigar-se sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais”. A solução para novas abordagens no campo historiográfico feminino, dar-se-ia com as fontes documentais existentes sobre as mulheres, e quanto ao papel sexual atribuído a elas ao longo da história. Então segundo Mary Del Priori era:

“... importante destrinchar a história de outra maneira, buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher. Este olhar diferente obrigava inicialmente, a identificar a mulher em cada lugar observável, e eles não eram poucos... Interessava, então, muito mais saber como funcionaram os mecanismos familiares, sociais e políticos para sufocar a mulher ou dela fazer pior imagem, do que denunciar em altos brados que os textos do século XVIII eram misóginos e que colocavam a mulher nos bastidores da história.”¹³

Os reflexos das produções historiográficas externas (França, Inglaterra e Estados Unidos) ganharam impulso no Brasil, no final da década de 1970. pois a partir desse período, pesquisas foram coletadas pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo e Fundação Ford. As temáticas (1978 e 1985) giraram em torno de situações com a vivência; trabalhadoras do Brasil; mulher; mulheres; rebeldia e submissão; entre a virtude e o pecado, por exemplo. Essa avalanche de informes contribuíram para o desenvolvimento de uma história das mulheres no Brasil, pois essas temáticas possibilitaram uma “revolução documental”, que utilizava-se de arquivos sobretudo familiares e de indicadores demográficos. Segundo Mary Del Priori esse resultado positivo, sofreu influência da Nova História divulgada na Europa e conduzia a reflexão dos historiadores, para questões como sexualidade, a criminalidade e os desvios de conduta femininos. As obras de Michel

¹³ PRIORE. Mary Del. Op. cit., p.225.

Foucault foram traduzidas e publicadas no período e assim, possibilitaram o espaço aberto às pesquisas.

Segundo Mary Del Priori a história da mulher com elementos novos desvendava-nos que:

*“São mortas e mortos que falam, contando sobre a violência ou a humilhação que sofreram, sobre os prazeres que tiveram. Essas vidas corriqueiras, absolutamente ordinárias, capturadas nos arquivos de polícia ou eclesiástico permitem, de fato, auscultar as vozes femininas, mas não nos enganemos: elas são ouvidas à luz dos constrangimentos impostos pelas práticas do poder que orientam tal e qual interrogatório”.*¹⁴

A utilização da tecnologia tais como o uso de computadores, por exemplo, possibilitou aos historiadores além do cruzamento de dados e construção de cifras e gráficos, identificar indivíduos descritos por fontes diferentes, estabelecer a lista em encadeamento de textos, de idéias e de opiniões. A esse conjunto, aliaram-se ainda informações recolhidas de fontes literárias impressas: romances, jornais, biografias dentre outros meios de comunicação, que contribuíram para compreendermos aspectos da vida social, e o imaginário feminino que encontrava-se no masculino.

A conjuntura descrita em discursos literários e no discurso histórico, tenderam a incentivar as representações femininas na história das heroínas. Essa tendência dificultou as respostas para construir as representações femininas no meio social. As críticas de Mary Del Priori alertam-nos, quanto a utilização das fontes literárias impressas, visto que passavam a ser direcionadas nas revistas das:

*“... pequenas burguesas leitoras urbanas e fazedoras de uma cultura conservadora e identificada com regras impostas pelo Estado e pela Igreja. Nas páginas coloridas dos magazines desfilam modelos enraizados em símbolos – “rainha do lar”, “a mamãe ideal”, “abelhinha trabalhadora” –, condutores de todas as formas de expressão que permitem às mulheres reificar, sem resistências aparentes, saberes e atitudes diante da vida”.*¹⁵

Assim, o trabalho eclético do historiador em “fazer a história da mulher” deparava-se com uma variedade infindável de fontes escritas ou orais, que recuperavam a

¹⁴ Ibid., p. 227.

¹⁵ Ibid., p. 229.

memória feminina. Desse modo, o empirismo prevalecia e garantia a cientificidade das produções históricas sobre a mulher. Os novos elementos incorporados anulavam a “pretensa neutralidade da ciência histórica”, pois ao evocar a subjetividade do privado, a história integrava o significado político aos discursos de pessoas que viveram no anonimato: donas de casa, solteironas, viúvas, trabalhadoras ou miseráveis, dentre tantos outros grupos.

A intimidade do corpo feminino é outro elemento que contribuiu com a produção historiográfica, pois através de textos médicos são esclarecidos atos de violência sexual e do inconsciente da mulher. Documentos dos séculos passados (XVI ao XIX) evidenciaram um temor masculino sobre a mulher, daí a necessidade de exorcizá-los ou classificá-los como: “prostitutas, loucas...”. Essas estratégias contribuíram para a manutenção de dominação do elemento masculino sobre o feminino.

A história das mulheres, na historiografia brasileira pôde contar ainda com produções como a de Margareth Rago¹⁶, que propôs três momentos de discussão sobre a temática “mulher”: o problema em torno da história das mulheres, enquanto desdobramento da história social; a aproximação com a história cultural; e por último, o enfoque geral de seu trabalho que é sobre a história da prostituição. Nesse último tópico, o mínimo possível de informações será acrescido nessa monografia, pois interessam-nos com maior ênfase os aspectos sociais e o ideológico.

A história social feminina (1970) foi compreendida através das elucidações de sociólogos, antropólogos e historiadores, que perceberam a opressão masculina e capitalista sobre esse grupo em seu cotidiano.

As denúncias sucederam-se, quando o ingresso feminino ampliava-se no mercado de trabalho e esclareciam dificuldades como: condições precárias de trabalho, assédio sexual, salários inferiores (etc). No entanto, Margareth Rago elaborou críticas (como Mary Del Priori e outros autores), quanto às produções historiográficas que apresentavam as mulheres, geralmente, como “vítimas das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante”. Essa realidade inverteu-se, nas produções acadêmicas da década de 1980, que identificaram elaboradas “formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista”. Reapresentando-as na historiografia como seres capazes de lutar e participar das transformações e condições sociais de vida. Segundo Margareth Rago, as denúncias culminaram da:

¹⁶ RAGO, Margareth. Op cit. p. 81-95.

“... preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes de transformação em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de Ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política.”¹⁷

Ampliando o universo feminino desconstruíam-se imagens tradicionais das mulheres como seres passivos e incapazes de vida racional, ou mesmo de tomar resoluções de peso.

As elucidações historiográficas da década de 1980, segundo Margareth Rago, foram influenciadas pelas formulações thompsonianas que alertaram o historiador do perigo de trabalhar com estruturas prontas. A exemplo, das classes sociais, consideradas “coisas” e ausentes em sua capacidade de criação histórica. Acrescentou ainda, que os historiadores deveriam manter-se atentos, quanto às implicações de uma abordagem acadêmica teórico-metodológica preocupada em provar a resistência de luta dos subalternos, com destaque para as mulheres, pois a tendência historiográfica atribuiu a mulher uma certa dose de onipotência. Esse tom romântico na história das mulheres, tendeu a evocar uma construção de antigos mitos e heroicizações da História Positivista.

A crítica realizada na historiografia social, segundo Margareth Rago, manteve-se fundamentada em Michel Foucault, filósofo, preocupado com o fazer histórico, com as identidades prontas e por considerar negligentes as construções simbólicas e culturais, dos agentes em suas experiências de vida, enquanto E. P. Thompson, “advertia os historiadores, falando no interior do marxismo, contra a noção de classe, enquanto identidade acabada”, pois as mulheres foram idealizadas como seres românticos, que viviam a “errar” como sombras, ao redor da figura masculina.

O alerta de Foucault sobre a cultura e a racionalidade humana, condicionaram o pensar histórico, que envolveu os agentes da história como figuras sociais dotadas de gestos, comportamentos e ações que deveriam ser consideradas no conjunto e não vistos isoladamente como “objetos”. Por esse motivo, Margareth Rago propôs ainda uma atenção especial da historiografia quanto às discussões teóricas do feminismo, em torno da definição de gênero. Principalmente, por evidenciarem-se relações e

¹⁷ Ibid., p. 84.

procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamento de conceitos nas relações de poder e nas referências culturais. O enfoque central da pesquisa realizada por Margareth Rago encontra-se no “dispositivo da sexualidade”, ao qual vincula-se a:

*“... toda rede de instituições, discursos, práticas, enunciados científicos, proposições morais e filantrópicas, leis e decisões regulamentares que seqüestram as sexualidades insubmissas e as codificam segundo sistemas classificatórios de pensamentos criado no século XIX”.*¹⁸

Vê-se que a historiografia brasileira manteve-se vinculada às produções historiográficas dos países europeus e dos Estados Unidos. Sendo assim, no início dos anos 90 do século XX o conceito de gênero ganhou espaço em nossa história, enquanto na Europa pensava-se que:

*“A história de gênero iria incluir e apresentar a experiência das mulheres, dependeria da maneira como o conceito poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise possivelmente articulada com outras como classe ou raça. O interesse por estas categorias assinala não apenas o compromisso de historiador com a história vista de baixo, do ponto de vista dos oprimidos, mas que as desigualdades também passam por estes outros eixos”.*¹⁹

Com base no trabalho de Mary Del Priore verifica-se que no Brasil, a questão de gênero ainda não está bem esclarecida sobre o ponto de vista teórico. Sendo assim, a autora enfatiza que “não podemos afirmar que já exista aqui uma tendência epistemológica definida sobre o assunto”. Parece-nos que, os historiadores brasileiros continuam preocupados em compreender as mulheres, nas suas relações com os homens, numa espécie de recortes temáticos que apresentam-se variados ao longo desta pesquisa. Percebe-se nos escritos de Mary uma preocupação com os grupos de pesquisa interdisciplinares, que envolvem profissionais de áreas como: Educação ou Higiene e Saúde, e outros centrados sobre o estudo populacional ou de trabalho. Essas categorias tenderam por adotar o conceito de gênero “em busca de uma categoria analítica que dê conta da forma pela qual homens e mulheres vivenciam suas experiências - histórias ou não - de forma específica”. Por ser imprecisa e não homogênea a definição de gênero,

¹⁸ Ibid., p. 90.

¹⁹ PRIORE. Mary Del. Op. cit. p. 232.

muitas vezes, nas tabelas sobre sexos são utilizados com equívoco. Para Mary alguns centros originalmente transdisciplinares, optaram por criar núcleos recortados e bem definidos do tipo: “gênero e a história da educação” ou “gênero e afetividade”, pois buscavam maior objetividade para suas pesquisas.

Embora o conceito de gênero não esteja definido para os historiadores brasileiros e por não solucionar alguns problemas historiográficos recentes, mesmo assim a pesquisa de Mary Del Priore ajudou-nos a perceber a existência de dois eixos organizadores e produtores a “grosso modo”:

“... de um lado, trabalhos e ensaios sobre as representações da mulher (na literatura, na iconografia, nos discursos médicos, científicos, filosóficos e jurídicos) e de outro, trabalhadores e ensaios sobre a história social das mulheres (família, economia, demografia...)”²⁰

Percebe-se que compreender ou elaborar uma definição de gênero na história não é algo tão simples como pensava-se a princípio. No entanto, pesquisadores concordam que não adianta apenas desconstruir discursos masculinos, mas, sim preencher com sensatez, as lacunas da história das mulheres com informações que evidenciem uma realidade concreta ao fato material e social. Possivelmente, desse modo a sociedade acadêmica ou leiga poderá vir a compreender melhor os discursos sobre a vida da mulher, e relacioná-lo com o cotidiano vivenciado por elas. Mary Del Priori fundamentou seu trabalho nas produções escritas de Roger Chartier²¹, dentre outros nomes citados em sua pesquisa, principalmente, por esse autor sugerir ser fundamental “focar a atenção os usos sexualmente diferenciados de modelos culturais comuns aos dois sexos”. Sendo assim, o trabalho do historiador não deve contentar-se em diferenciar (o sexo ou o gênero), mas definir a natureza desta diferença que ao longo do tempo imprime suas marcas nas práticas femininas. Além de encontrar sua lógica “no código de comportamento partilhado pelos dois sexos”. Desse modo, a compreensão histórica e biológica devem ser vistas como uma interação natural, que possibilita-nos compreender os papéis e funções na sociedade, que

²⁰ Ibid., p. 233.

²¹ Esse autor realizou também críticas, quanto a ser herança secular da Igreja Católica não autorizar a democratização do saber e o quanto era importante “ter o controle estrito da escrita”, pois a mesma instituição considerava seu dever, o controlar dois grupos distintos de leituras: o clero e os grupos sociais, que formam o primeiro grupo, e o segundo compostos por pessoas leigas e menos instruídas, que precisavam ser orientadas no que podiam ler, o caso das mulheres, por exemplo. Consultar para maiores esclarecimentos HELLER, Bárbara. *Em busca de novos papéis: imagens de mulher leitora no Brasil (1890-1920)*, p. 123.

possam ser exercidas por homens e mulheres, nos diversos territórios em que se movimentam.

Por essa contextualização, compreende-se que a história das mulheres deve englobar o máximo de informações sobre elas, sua vida em família, no trabalho, aspirações, sexualidade, além de uma variedade de novos enfoques. Isso, na tentativa de compreender as “teias documentais” produzidas sobre as mulheres; o que não deve ser excluída, é uma interpretação dos fatos históricos embasados em “aspirações e realizações, construções e derrotas femininas”, pois são apenas alguns dos diversos elementos que marcam a produção historiográfica e a diversidade de experiências femininas vivenciadas.

CAPÍTULO II – O BRASIL NO SÉCULO XIX E O CONTEXTO REGIONAL

2.1. _A historiografia brasileira e a questão de gênero

O discurso político brasileiro, em meados do século XIX, girava em torno de questionamentos temáticos, quanto “à centralização política e à falta de instrução do povo brasileiro”, por exemplo. Esses enfoques centrais nos remetem à percepção crítica do atraso em que encontrava-se a sociedade brasileira, quando comparada as situações e o universo das teorias vigentes na Europa Ocidental; o liberalismo, positivismo, o utilitarismo e o discurso dos médicos higienistas. Principalmente, quando abrangia a educação feminina e a sua função na sociedade: “primeira educadora dos filhos, e companheira do homem no lar”, dentre outras funções sociais. Mary Wollstonecraft deixou-nos uma síntese, que será desenvolvida ao longo do capítulo, e de acordo com seu pensamento, era fundamental que a mulher brasileira adquirisse a instrução, pois discordava de que esse ser, fora destinado à função de “guardar os rebanhos, a preparar a comida, e a dar à luz a sua posteridade”²². Esse modo de pensar contribuiu para que ocorressem transformações e conquistas femininas graduais, na sociedade brasileira, principalmente no âmbito educacional e social, o que percebe-se na afirmativa: “*É uma verdade incontestável que a educação da mulher muita influência teve sobre a moralidade dos povos e que o lugar que ela ocupa entre eles é o barômetro que indica os progressos de sua civilização.*”²³

Na produção historiográfica do século XX buscou-se compreender a posição da imprensa brasileira como órgão divulgador, sobre o papel atribuído à figura feminina do século XIX.

2.2. _A educação feminina e a sociedade brasileira do século XIX

Sendo assim, nas pesquisas de Urquiza Borges, a imprensa com o jornal *Correio Paulistano* divulgava no Brasil, artigos vinculados às conquistas das mulheres, em questões trabalhistas e educacionais. Embora, varie-se o tom das redações, ora impositivo,

²² Mary Wollstonecraft escreveu a obra *A vindication of the rights of woman*, publicada em Londres, em 1792, na qual expunha a idéia de que a “verdadeira liberdade requer a igualdade entre mulheres e homens”. SHARPE-VALADARES, in: FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. p. xvi.

²³ *Ibid.*, p. 12.

ora pedagógico ou jocoso... serviram para estimular a mulher brasileira a instruir-se. Esse jornal, em conjunto com a maçonaria, propunha a instrução popular, para homens e mulheres. Assim, os “ensinamentos morais” possibilitariam mudanças nas condições mentais, que por sua vez questionariam a “pressão do jesuitismo”, que insistia em manter as pessoas, principalmente as mulheres, afastadas da influência iluminista, e submetidas ao poder da Igreja Católica.

O *Correio Paulistano* atribuía a degradação da sociedade à ignorância (superstição). Desse modo, concordava com a proposta maçônica do ensino noturno e gratuito nas escolas, para tornar a sociedade com melhor formação moral e intelectual. Para tanto, Urquiza Borges em seu trabalho, ressalta como positiva a preocupação do jornal com a função da mulher na sociedade. Ao insistir no assunto, o jornal tentava convencer os leitores da necessidade de mudanças, principalmente, na educação feminina, que fora negligenciada ao longo do tempo. A idéia de uma “nova mulher” colocaria a mesma em condições de participar de algumas das lutas sociais e políticas, além de exercer as funções de esposa e mãe. No entanto, os artigos coletados destinavam-se às mulheres das camadas sociais mais elevadas, e raríssimas vezes demonstravam preocupação com os pobres, com as órfãs ou as prostitutas.

A realidade da sociedade brasileira apresentada por Urquiza, revela-nos que a questão do ensino feminino, principalmente, encontrava-se no centro da disputa velada entre a maçonaria e a Igreja Católica, pois ambas almejavam manter sob controle a mente feminina. Embora a primeira vislumbrasse “alargar os horizontes mentais da mulher” e ampliar-lhe as perspectivas sociais, pretendia libertá-la da Igreja; esta última em síntese mantinha-se “na disputa ideológica centrada no controle da alma da mulher”²⁴.

No contexto da história da educação superior de mulheres no Brasil, as conquistas foram difíceis e divergentes, fato percebido nos países europeus e também nos Estados Unidos. O *Correio Paulistano*, com seus artigos e folhetins, ridicularizavam a situação com frequência, inclusive no teatro com peças que demonstravam ser inviável conciliar a vida doméstica com a profissional. Sendo assim, Urquiza revela-nos que as perspectivas de trabalho para a mulher eram limitadas, o que pôde ser constatado pelo número pequeno de mulheres que se ofereciam ou eram solicitadas para trabalhar. No caso

²⁴ Em meados do século XIX (1850-1890) o jornal *Correio Paulistano* realizava críticas à monarquia, ao ultramontanismo, ao processo eleitoral, à centralização política, à falta de instrução do povo brasileiro... BORGES, Urquiza. *Cultura histórica em debate*. In: SILVA, Zélia Lopes de (Org.). Op. cit. p.93.

das casadas, para comerciar, lecionar ou exercer qualquer outra profissão, precisavam da autorização do marido.

Trabalhos como o de Urquiza Borges, assim como os demais escritores citados anteriormente, foram esclarecedores, quanto às dificuldades cotidianas enfrentadas pelo elemento feminino. O fundamental neste processo foi compreender: a relação existente entre a mentalidade masculina dominante, em meados do século XIX e as conquistas femininas alcançadas na educação primária, secundária e superior.

2.3. A realidade feminina na sociedade norte-riograndense no século XIX

Esclarecer sobre a ausência feminina, no âmbito regional, em especial o Rio Grande do Norte, e principalmente sobre as causas que suscitaram as polêmicas historiográficas quanto à questão do gênero, faz necessário um quadro geral da situação feminina no contexto do Rio Grande do Norte provincial.

O enfoque econômico destacado na pesquisa de Denise Mattos²⁵ evidenciou o papel de elemento secundário dado às mulheres, construído na historiografia brasileira.

Sabe-se que no contexto econômico do Brasil, com destaque para o contexto norte-riograndense do século XIX, produziu mudanças de hábitos que modificaram as regras sociais locais. Relatos de viajantes reproduzidos por Aécio Villar, Câmara Cascudo, Tarcísio Medeiros, dentre outros autores enriquecem com detalhes a produção historiográfica brasileira. Nesta monografia, os três nomes citados serão utilizados por usarem quase que a mesma fonte de pesquisa em seus escritos²⁶: os relatos minuciosos de Henry Koster²⁷ sobre o cotidiano feminino na sociedade norte-riograndense, em suas viagens pelo interior do Brasil.

O autor Aécio Villar em seus escritos discorreu sobre “uma categoria social que merecem um estudo à parte, foi a das mulheres, principalmente as das classes mais elevadas”, nessa categoria encontra-se Nísia Floresta, objeto de discussão no terceiro capítulo. Esse autor descreveu que as mulheres, de modo geral, principalmente as das

²⁵ Para maiores esclarecimentos sobre a economia e a sociedade norte-riograndense do século XIX, consultar a obra de MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. cap. 2 - 3 - 4, p. 75-155.

²⁶ -AQUINO, Aécio Villar. *Nordeste séc XIX*. p. 167-180.

-MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história*. p. 85-89.

-CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 117-183.

²⁷ Henry Koster era um comerciante inglês estabelecido em Recife e que deixou anotações de viagens por ele feitas, em 1810. MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit. p. 108.

classes elevadas, pouco eram vistas nas vias urbanas, as saídas limitavam-se à missa, cedinho, festas de igreja e alguma visita esporádica, sempre acompanhadas. Nos relatos de Henry Koster, Aécio Villar registrou que as mulheres:

“... recebem escassamente educação e não têm a vantagem de poder obter instrução pela comunicabilidade das pessoas estranhas ao seu ambiente nem adquirem novas idéias na conversação geral. Nasceram, criaram-se e continuam cercadas de escravos, sem receber a menor contradição, tendo noções exageradas da autoridade sem que percebam o que há de erro em suas ações (1972:477)”.²⁸

Encontra-se ainda nos escritos de Aécio Villar, a idéia de Henry Koster quanto a não ser possível julgar a sociedade por uma mesma regra, pois o viajante percebeu que mesmo nas famílias de igual posição, importância e riqueza, têm maneiras inteiramente diversas de serem estruturadas as regras sociais. Henry Koster enfatizava que as transformações na sociedade, embora rápidas ocorriam, mas, à proporção que a prosperidade aumentava e o luxo era exigido; destacava ainda, que, quando a educação aperfeiçoava-se, os divertimentos tornavam-se mais polidos e altos. Assim, as conquistas para “alargar o espírito” se dariam com leituras e mudanças dos costumes. No entender de Henry Koster as famílias de portugueses e comerciantes ou funcionários públicos, e do brasileiro, rico agricultor, principalmente, mantinham filha ou filho, estudando com padre secular, desse modo embebiam-se das idéias liberais e adquiriam o gosto pela sociedade racional. Essa conjuntura possibilitava às mulheres de famílias abastadas ostentar importância, e serem tratadas com “respeito”, por si mesmo e por terceiros.

Numa descrição mais geral, Aécio Villar sintetiza a visão de Henry Koster sobre como viviam as mulheres do Sertão do Nordeste, numa sociedade patriarcal²⁹, cujo papel a elas atribuídas, limitava-se aos afazeres domésticos e a ser “boa” esposa.

Nas observações de Tarcísio Medeiros sobre a sociedade norte-riograndense do século XIX, destacam-se as atribuições domésticas e a submissão das mulheres,

²⁸ AQUINO, Aécio Villar. Op. cit. p. 168.

²⁹ A sociedade patriarcal caracterizava-se por existir as fazendas e os engenhos habitados pelo proprietário, seus familiares, os escravos e pelos agregados. Esses espaços geralmente consistiam-se como os únicos centros de população no meio rural. O isolamento era um obstáculo à sociabilidade. Dessa realidade surgia a família patriarcal no sertão, considerado único grupo estável e organizado pelo fato de reter em mãos as principais fontes de riqueza e poder. O parcelamento de terra e a criação de novas fontes de riqueza (algodão, gado...) enfraqueceram as bases econômicas e possibilitaram o surgimento de uma nova elite condicionada pela vida urbana, e com o passar do tempo arrebatou desse grupo o poder político. MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*, p. 133.

perante a figura masculina. Esse autor descreve-nos que em Natal, os bailes só foram introduzidos na década de 1850. Esse “fenômeno” para a época, dava-se então, com um:

*“... ritual de apresentações às autoridades, uma fração mais disposta da pequenina sociedade, vestida a rigor do tempo: – homens, em casacas pretas ou azuis, calções abotoados no joelho, meia de seda, colete fechado acima dos peitos... e as mulheres, de vestido de seda, cetim ou veludo, sapato de velbutina, com fivelas sobre meias, os ombros envoltos em mantilhas e, no talho aberto o colo enfeitado de colares de ouro, orelhas com brincos de argolas, e o penteado alto do cocô, com grande pente trepa-moleque, segurando o véu”.*³⁰

Em seus estudos e pesquisas Tarcísio Medeiros escreveu que as matronas recatadas, deixavam a “moçada das camarinhas fazendo os serviços da agulha ou renda de almofada, receosa que elas arriscassem olhar pelos “copiós” das janelas, para ver soldados passarem”. Isso significa que o recato às rígidas regras sociais da época deveria ser obedecido, fator que pode ter impedido um contato ou aproximação mais alegre com visitantes, que por ventura se aproximassem das áreas habitadas. Evidenciava-se assim, que a população local (Natal, cidades próximas), quando na ausência de visitantes em grande número, retornavam a vida “costumeira”: recolhiam-se cedo e mantinham credices e superstições.

O escritor Câmara Cascudo, em contato com os relatos de Henry Koster, revela-nos os usos e costumes da sociedade norte-riograndense na primeira década do século XIX. O primeiro autor registrou³¹ suas impressões ao perceber que de modo geral, a população usava “roupa para o clima, ampla folgada, arejada, calça e camisa, o-chambre, chabrão, ornamental, para andar por casa, símbolo de autoridade social, sinal exterior de força econômica e política”. Câmara Cascudo valeu-se das anotações de Henry Koster, para nos fazer compreender, que muitos hábitos e costumes do século XIX, permaneceram nas primeiras décadas do século XX:

“As senhoras moças viviam “lá p’rá frente”, imersíveis com um harém. Herança moura. Mesmo depois, trabalhavam elas no estrado, fazendo renda de almofada, vigiando as tarefas das negras, provando ponto e doce, bordando e falando da vida alheia. “Da sala em diante manda a

³⁰ Ibid., p. 133.

³¹ CASCUDO, *História do Rio Grande do Norte*, p. 117-119.

mulher". Homem não ia a cozinha nem entrava nas camarinhas. Falta de respeito."³²

Câmara Cascudo afirmava que nas cidades e vilas, as regras eram as mesmas. "Não se fazia visita sem aviso mesmo porque não havia visita". As mulheres ao viajar com liteiras, mantinham as cortinas arriadas e evitavam atrair para si olhar curioso. "Costumes de séculos e séculos resistiram até os primeiros quinze anos do século XX", por exemplo: a mulher casada usava cabelos presos, tranças enroladas, cocó ou totó; a solteira podia andar de cabelo solto; os noivos eram escolhidos pelos pais, o que proporcionou muitas fugas e raptos, além de uniões infelizes, como exemplo o primeiro casamento de Nisia Floresta.

No tocante à economia e realidade política, em síntese, no decorrer do Primeiro Império, os produtos tradicionais do Brasil (açúcar, algodão, o fumo e os couros) enfrentaram a concorrência com as manufaturas inglesas que desequilibraram a balança comercial brasileira. Empréstimos foram contraídos pelo imperador do Brasil aos bancos ingleses, para que D. Pedro I pudesse permanecer no poder e disputar a região da Cisplatina. Nesse contexto de incertezas na economia e política-social como um todo, experimentava-se o sentimento antiportuguês, do povo brasileiro, e o imperador D. Pedro I retornou a Portugal. Logo após, o Brasil vivenciou um Período Regencial (1831-1840) atribulado por disputas políticas e revoltas provinciais (Cabanagem, no Pará, em 1835 e a Revolução Praieira, no Pernambuco, em 1848), são exemplos. Algumas revoltas provinciais resultaram da luta de elites provinciais contrárias à existência de um poder central forte que se sobrepusesse ao poder local, tais como a Revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Outras revoltas de cunho popular reivindicavam as bases de poder dos grandes propriedades rurais - Cabanagem e Malês, por exemplo.

2.4. A instrução pública em meados do século XIX e a economia provincial

A compreensão sobre as transformações sociais que decorreram na primeira metade do século XIX, estão relacionadas ainda com o aumento do número de vilas existentes no Rio Grande do Norte. Desse período, datam ainda as primeiras escolas de instrução pública primária, em Natal, e em algumas vilas da província, e a criação da

³² Ibid., p. 117.

primeira instrução pública secundária, o Atheneu Norte-Rio-Grandense. Os informes de Denise Mattos revelam-nos que até surgir uma das primeiras escolas, a situação era a de que:

“Os filhos da elite da província aprendiam a ler, escrever e contar com professores particulares. A criação da instrução pública secundária permitiu que tivessem acesso ao conhecimento de geometria, filosofia, latim, francês e retórica, matérias oferecidas pelo Atheneu Norte-Rio-Grandense. Em 1844, segundo dados do próprio presidente da província, somente 16,3% do total da população sabiam ler.”³³

Relatórios de províncias utilizados por Denise Mattos, como documentos esclareceram que as despesas públicas do Rio Grande do Norte, em desenvolvimento, centraram-se sobre a pecuária, embora desde o início do século XIX, já existisse a lavoura mercantil do algodão. Essas atividades sofreram crises econômicas provocadas por secas contínuas no sertão, destaque para a de 1845 pelos impactos sócio-econômicos a ela atribuídos: início do êxodo rural de parcelas da população, sem terra, que habitava campos e vilas no Rio Grande do Norte, para o litoral. Ainda seguindo as reflexões de Denise Mattos, evidenciava-se desse modo, a “fragilidade de uma economia baseada na pecuária” e valorizava-se a agricultura impulsionada pela cotonicultura, após 1860, quando eclodiu a guerra de Secessão dos Estados Unidos, pois ampliou-se as exportações brasileiras dessa atividade.

O Rio Grande do Norte (1850-1860) reaquecia sua economia, com ela comerciantes, “principalmente estrangeiros, que trabalhavam com os negócios de importação de produtos manufaturados europeus e exportação de matérias-primas locais para o mercado externo”. Casas comerciais européias abriram filiais no Ceará, Rio Grande do Norte (Natal/Mossoró), o resultado percebido, foi a expansão econômica das províncias vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo europeu, cujos centros principais foram a Inglaterra, seguida da França. Os avanços tecnológicos tais como: navios a vapor, locomotivas, telégrafos garantiam o crescimento do comércio internacional. No geral, porém as ex-colônias como no caso do Brasil, mantiveram sua economia firmada na

³³ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. cit. p. 122.

agricultura, pois na Divisão Internacional do Trabalho, os países da América Latina atuaram em condições periféricas.³⁴

Podem-se relacionar os investimentos do capital europeu, presente nas casas estrangeiras no Brasil, principalmente na infra-estrutura para escoamento de produtos entre as quais ferrovias: (Estrada de Ferro do Ceará-Mirim (1872) e Estrada de Ferro de Mossoró (1873)), portos (Natal e Areia Branca), dentre outros exemplos tornam compreensível, quando relacionados com o comércio do açúcar e do algodão, o crescimento de povoados que transformaram-se em Vilas, sedes de municípios com administração próprias. Mossoró, Papari (hoje Nísia Floresta), Pau-dos-Ferros (elevados a Vila em 1852) dentre outros.

No entanto, as mudanças mais significativas se deram em Natal, centro-político e administrativo e com seu porto marítimo. O comércio e as condições materiais dele proveniente, urbanizavam e integravam-nos ao mercado mundial em formação. O governo com os impostos arrecadados das exportações e importações, realizava obras públicas como: Hospital Público (1856), a primeira escola de ofícios (1858), o prédio próprio do Atheneu Norte-Rio-Grandense (1859), dentre outras obras.

O final do século XIX, avisos foram expedidos demonstrando preocupação em melhorar o estado da Instrução Pública no Rio Grande do Norte, pois a questão era fundamental no período. Três pontos merecem ser registrados, por terem sido prioritários nos avisos: *“primeiro que o magistério seja exercido por pessoal idôneo; segundo que as escolas sejam providas do material tecnico; terceiro que seja instituído fundo especial para as escolas”*³⁵.

Esses informes esclareciam que um dos problemas mais graves na Instrução Pública era a falta de habilitação do professor, o que em parte devia-se as circunstâncias financeiras da província, pois não se permitia a criação ou restauração da Escola Normal. Esta instituição formaria professores capazes de inspirar confiança e conseqüentemente se dariam as melhoras na província. As dificuldades técnicas também foram registradas nos avisos, pois até banco para meninos estudarem faltava. Nesse contexto, a ênfase do documento justificava-se porque o problema não era a falta de Leis e Regulamentos que

³⁴ Ibid., p. 130.

³⁵ Consultar para maiores esclarecimentos o livro das FALAS e Relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte - 1883-1888, p. 28 - 29.

atrapalhavam as melhoras da Instrução Pública, e sim os poucos recursos de que a província dispunha para suprir todas as dificuldades.³⁶

No período em questão, já existia então o:

*“Atheneu Norte-Rio-Grandense que ensinava português, latim, inglês, retórica, geografia, história, filosofia, aritmética, geometria e álgebra, existia ainda na província cadeiras de latim e francês nas cidades de São José de Mipibú e Príncipe, de latim na do Assu, e oitenta e três escolas de Instrução Primária, sendo 40 do sexo masculino e 34 do sexo feminino”.*³⁷

Sabe-se que funcionavam somente em prédios próprios as escolas do sexo masculino da capital norte-rio-grandense; duas na cidade de Mipibú, uma na do Ceará-Mirim e duas na de Mossoró. Também que, no contexto econômico do Brasil, destaque para o contexto norte-rio-grandense, mudanças de hábitos e costumes modificaram-se conforme às conquistas econômicas na sociedade. Essa conjuntiva refletiu-se na transposição de regras sociais locais, principalmente na categoria social das mulheres de classes mais elevadas como podemos citar no exemplo de Nísia Floresta, Auta de Sousa e Izabel Gondim, nomes que contribuíram e marcaram a história intelectual do Rio Grande do Norte.

O capítulo a seguir discutirá com maior ênfase a produção intelectual de Nísia Floresta, pois dos nomes citados é autora com maior número de obras publicadas, e que questionou aspectos como: a submissão e ausência da instrução pública da mulher brasileira, comparando-a com a realidade européia e dos Estados Unidos.

³⁶ Ibid., p. 30.

³⁷ Ibid., p. 30.

CAPÍTULO III – A MULHER, A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO NAS IDÉIAS DE NÍSIA FLORESTA

3.1. A educação brasileira e o cenário intelectual feminino no Rio Grande do Norte do século XIX

A realidade educacional da mulher brasileira encontrava-se, de modo geral, estruturada em torno da dicotomia europeia entre a instrução e a educação. Significa dizer que, valorizava-se instruir o intelecto masculino e educar a mulher, para formar-lhe o caráter, não o desenvolvimento intelectual. Esse propósito objetivava conservar a pureza feminina, com conotação sexual, e assegurar que a mulher mantivesse um comportamento correto, ou seja, manter-se-iam submissas as mulheres; educadoras de filhos; organizadoras do lar..., nos moldes da sociedade vigente em princípios do século XIX. O Rio Grande do Norte, não fugia à regra. No entanto, em meados do século XIX, algumas províncias, conforme o crescimento populacional e econômico, iniciaram construções de obras públicas, para a instrução e a educação como foi o caso do Colégio Atheneu norte-riograndense em 1859.

No cenário intelectual norte-riograndense do século XIX tiveram especial destaque, enquanto intelectualidade feminina: Nísia Floresta (1809-1885); Izabel Gondim (1839-1933) e Auta de Souza (1876-1901).

A partir da síntese bibliográfica sobre as três intelectuais podemos observar a realidade social que vivenciaram, bem como, as experiências no campo pessoal, que embora divergentes, ajudam-nos a compreender o contexto e a expressão de sentimentos sufocados de mulheres que viveram oprimidas, mas não passivas, ao longo do século XIX.

Nísia Floresta “nasceu no sítio Floresta de Papari, na Capitania do Rio Grande, a 12 de outubro de 1809, filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa e de Antônia Clara Freire, natural da mesma capitania”. Nísia Floresta, ainda no Rio Grande do Norte casou-se com Manuel Alexandre Seabra, contra sua vontade Abandonou-o em certo espaço de tempo; Aduauto Câmara esclarece-nos sobre o fato que:

“Nísia tê-lo-ia desposado contra a vontade, o que parece absurdo, tendo-se em consideração que seu pai era um europeu de espírito adiantado, adorado pelos filhos, que não trazia a mulher aferrolhada em

*casa, escondida das visitas. Apresentou-a a Koster, em cuja companhia jantou, fato raro naquela época. Segundo se conta, Nisia, tempos depois, teria fugido para o Recife, onde iria requestar judicialmente o marido abandonado...*³⁸

Sabe-se ao certo que a família de Nisia Floresta, após a Revolução de 1824³⁹ abandonou o Rio Grande do Norte, por sofrer perseguições políticas. Mesmo assim, seu pai foi assassinado próximo aos arredores de Recife, em 17 de agosto de 1828. Nessa segunda cidade, Nisia Floresta enamorou-se por Manuel Augusto de Faria Rocha (Augusto como o chamava), conviveram sem as formalidades legais do casamento. Dessa união nasceram três filhos do casal: o primeiro não sobreviveu, o segundo foi Livia Augusta Faria Rocha (1832) e o terceiro Augusto Américo de Faria Rocha (1833). No mesmo ano, aos 25 anos, faleceu o pai dos filhos de Nisia Floresta, o qual, a escritora constantemente referir-se-á em seus escritos.⁴⁰

Segundo as informações de Aduino Câmara sobre a vida de Nisia Floresta, ela deve:

*“... ter feito os primeiros estudos em Goiana, onde residiu durante anos de meninice. Em Papari é que não há de ter sido, pois ali só existiu escola pública em 1860, e particular não havia nenhuma, nem mesmo nesta data. Tendo se demorado no Rio Grande do Norte, de 1819 a 1824, isto é, dos 10 aos 15 anos, quiçá levou a instrução rudimentar que era possível às meninas de sua idade, nos dias de antanho: aritmética, doutrina cristã, história, desenho, música, trabalhos de agulha, caligrafia, noções de português, francês e geografia, o latim e educação religiosa. Com o pai, em Floresta, desenvolveu estes estudos, servida pelo espírito culto de Dionísio Pinto”*⁴¹

³⁸ CÂMARA, Aduino da. *História de Nisia Floresta*. p. 17.

³⁹ A razão dessa revolução está vinculada ao fechamento da Assembléia e a imposição da Carta Outorgada (1824), essas atitudes “significaram o fortalecimento do poder central, frente ao poder local existente em cada província. Em decorrência, ocorreram protestos das elites agrárias em vários pontos do Brasil, mas foi no Nordeste, que atravessava outra forte seca e onde as insatisfações se acumulavam, que esses protestos tomaram forma concreta: em 1824, eclodiu a Confederação do Equador, movimento que, embora tenha se espalhado, principalmente, pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, teve Pernambuco como seu centro, onde os revoltosos tomaram o governo.” MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. p. 111.

⁴⁰ Consultar para maiores esclarecimentos biográficos de Nisia Floresta, a obra que descreve detalhes de sua vida pessoal: em família, como educadora e divulgadora de idéias feministas no século XIX. Embora não tenha permanecido no Brasil, pertencera a um grupo de elite intelectual e estável economicamente. Op. cit., p. 17-19.

⁴¹ *Ibid.*, p. 30-56.

3.2. Idéias de Nísia Floresta sobre educação feminina

As produções escritas por Nísia Floresta, revelam o caráter contestador da autora, numa sociedade como a brasileira, arraigada a preconceitos e permeada pela opressão ao feminino, contextualizadas com o valor da instrução e com as idéias de progresso decorrentes da Europa e Estados Unidos no século XIX. As obras de maior destaque de Nísia Floresta foram "*Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*" (3ª ed. 1839); "*Opúsculo Humanitário*" (depois de 1859); "*Três anos na Itália*" seguidas de "*Uma Viagem à Roma*" (1864), dentre outras. Através dessas obras percebemos que, como autodidata, Nísia Floresta realizou leituras que ultrapassaram os limites da educação que recebera: "em Recife já familiarizara-se com os clássicos portugueses" (poesias de Castilho); "manejava com habilidade o francês", o que possibilitou-lhe editar nessa língua, a obra da inglesa Mary Wollstonecraft⁴² - *A Vindication of the Rights of Woman* (1792) - *Direitos das Mulheres Injustiça dos Homens*.

Através da imprensa brasileira, *Jornal do Comércio e o Mercantil* (1846-1847), divulgou-se seu trabalho como fundadora e diretora do Colégio Augusto, no Rio de Janeiro. Sabe-se através dos relatos desses meios de comunicação que o aproveitamento das alunas do seu colégio era um indicador da "capacidade intelectual da diretora". Segundo relatos de Aduauto Câmara o sucesso de Nísia Floresta suscitou "o despeito das concorrentes estrangeiras". Estas criticavam-na por "pregar a emancipação do seu sexo e bater-se pela extinção da odiosa tirania masculina". O grupo concorrente no anonimato, elaborava notas consideradas inconsistentes, sobre a vida pessoal de Nísia Floresta e que visavam denegrir a imagem. A maledicência parece ter afetado a "alma" de Nísia Floresta, como assinala Aduauto Câmara ao encontrar registros dessa demonstração de amargura na obra "*Itineraire d'un Voyage em Allemagne*". Nesta obra, Nísia Floresta escreveu, que quando esteve em Carlsruhe, dizia sobre ter visto uma professora com alunos no parque, e, lembrou então de si mesma como professora no Brasil e das críticas que sofreu, por querer inovar e instruir o coração da mocidade brasileira. O biógrafo de Nísia Floresta encontrou na obra citada acima, as palavras que demonstram a amargura da autora, sobre o fato ocorrido no Brasil:

⁴² Mary Wollstonecraft é tida por "revolucionária inglesa", pois em 1792 lançou ao público opiniões "atrevidas", sobre a vida precária das mulheres por toda a parte, inclusive na Inglaterra. *Ibid.*, p. 57.

“... apenas esta se limitava a administrar lições entre as paredes de um estabelecimento, e em um país onde não se compreende ainda todo o alcance de uma educação geral, que forma, simultaneamente, o moral e o físico; ao passo que a mulher que ali estava adiante de mim, instruída, viajando, seus alunos, cujos pais sabem apreciar as vantagens deste método, que fará rir aos espíritos ainda atrasados.”⁴³

O sentido de educar para Nísia Floresta ultrapassava o teor de conteúdos a serem desenvolvidos em classe. Essa educadora acreditava que a menina não deveria ser, apenas, “preparada para brilhar nos salões através da dança, ou por falar inglês, ou francês”. Sem que compreendesse a importância desses feitos. Dizia ainda, que as jovens são capazes de pensar e não precisam ser admiradas, só por produzirem bordados, crochês, ou tocar piano... O exemplo edificante do meio familiar conduziram-nas “ao hábito de raciocinar”, e não a praticar más ações, como discriminar atitudes de semelhantes. Os pais não deveriam ser negligentes, quando percebessem as más inclinações ou ações de seus filhos, combateriam-nas e as corrigiriam. Essa conjuntura possibilitaria a “comunhão das boas práticas” de conduta humana, que aqui incluem homens e mulheres, pra juntas firmar em o desenvolvimento da Nação Brasileira.⁴⁴

Nísia Floresta revelou-nos que o poeta Gonçalves Dias⁴⁵ recebera como incumbência oficial (1823-1864), “levantar a documentação histórica e a situação educacional do norte do Brasil”, os dados coletados então revelaram a fragilidade do sistema. Ele então, enumerou os problemas percebidos:

“A desarmonia em que se achavam as disposições legislativas de cada província, relativas a tão importantíssimo objeto, a deficiência do método de ensino das matérias, a multiplicidade e má escolha de livros para uso das escolas, o programa de estudos nos estabelecimentos literários, a insuficiente inspeção em alguns lugares e a quase nenhuma em outros, e, finalmente, a pouca freqüência e assiduidade dos alunos, são tantas outras causas desse estado tão pouco próspero...”⁴⁶

⁴³ CÂMARA, Adauto da. Op. cit. p. 43.

⁴⁴ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. p. 111.

⁴⁵ Poeta que havia voltado ao Brasil em 1845, formado em Coimbra. Distinguiu-se no Brasil como poeta nacional. Por sua capacidade recebeu diversas incumbências oficiais, entre elas a de levantar a documentação histórica e a situação educacional no norte do Brasil. *Ibid.*, p. 83.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 83-84.

Nísia Floresta compreendeu a situação descrita por Gonçalves Dias e identificou nos escritos do poeta, a necessidade de mudanças:

*“De tudo isso resulta a necessidade de uma reforma radical na instrução pública, dando-lhe um centro de unidade e de ação que a torne uniforme por toda parte, e vá gradualmente extirpando os vícios e os defeitos que têm até aqui obstado ao seu progresso e desenvolvimento.”*⁴⁷

Nísia Floresta admirava a educação de alguns países europeus como: da Inglaterra - a religião; da Alemanha - a reflexão; da França - a inspiração civilizadora, principalmente, por vislumbrar nestas nações “o gosto pelo trabalho e no desejo progressivo de engrandecerem-se por seu engenho e atividade”.⁴⁸

Nessas nações via-se constantemente a preocupação em “melhorar mais a educação de sua mocidade”. Enquanto isso, contestava Nísia Floresta, o Brasil tão grandioso em recursos naturais, precisava lutar (ainda no séc. XIX), com grandes dificuldades para oferecer às mulheres uma tênue parte da instrução que as classes mais baixas daqueles países, da Europa e dos Estados Unidos, obtinham com maior facilidade.⁴⁹

No entendimento de Nísia Floresta, “todos os brasileiros”, não importando o local de nascimento ou sexo, deveriam poder usufruir dos bens distribuídos pelo governo. Eis o porquê de não vê-la conformada com o descaso geral e com a precária instrução da mulher brasileira. As críticas realizadas por Nísia Floresta atingiam duas classes distintas de brasileiros: a rica e a pobre. A primeira classe usufruía das vantagens materiais e freqüentemente esqueciam que o dinheiro não comprava a virtude e o talento de seus representantes. A segunda classe necessitava desenvolver a inteligência através das artes e das ciências, para prosperar e enobrecer os povos, além de contribuir para elevar as nações. A instrução da “classe pública de operárias”, possibilitava a saída da miséria de muitas famílias brasileiras. O maior benefício dar-se-ia para a pátria que obteria melhor extração, aproveitamento e administração de seus recursos naturais. Os progressos da civilização cristã poderiam regenerar a opressão sofrida por diferentes grupos excluídos da sociedade: escravos, famílias pobres e mulheres menos favorecidas.⁵⁰

⁴⁷ Ibid., p. 84.

⁴⁸ No entender de Nísia Floresta só a educação seria capaz de produzir efeitos salutareos no indivíduo, e desde a infância deveria ser obtida. Ibid., p. 101-102.

⁴⁹ Ibid., p. 101.

⁵⁰ Ibid., p. 130-133.

Nísia Floresta, descreve no *Opúsculo Humanitário* como encontrava-se precária a Instrução Primária e Secundária das Províncias do Império e do Município da Corte (1852). A estatística descrita por ela, revela-nos que: “...dos alunos que freqüentavam todas as aulas públicas” (55.500), já limitado pelo total da população, desse número apenas 8.443 pertenciam ao outro sexo.⁵¹ A autora esclarece que a província do Rio de Janeiro continha 116 escolas, e desse total 36 delas eram do sexo feminino; na Bahia 184 escolas primárias, 26 destas para meninas; Pernambuco das 82 escolas, 16 destinavam-se às mulheres. Em sua conclusão averiguou que:

*“... as demais províncias brasileiras apresentam proporcionalmente, a mesma escassez de recursos para o cultivo da inteligência da mulher, e algumas há cujo estado de instrução pública não chegou ainda ao conhecimento do governo geral”.*⁵²

A disponibilidade educacional descrita por Nísia Floresta, resultou, segundo ela, da confusão dos métodos, das doutrinas seguidas pelas professoras que representavam um número minoritário da população feminina brasileira, as quais freqüentavam um ensino público precário, conforme o grau de instrução adquirido do meio social que conviviam.

Faz-se necessário compreender que as idéias avançadas de Nísia Floresta sobre a instrução e o progresso, impregnavam-se dos ideais divulgados pelo Iluminismo e os argumentos que primavam pela razão, portanto baseados na:

*“... crença de que o homem tem vantagem única sobre os demais seres vivos, porque pode raciocinar. Sendo, assim, o uso da razão seria o melhor método, seguindo o raciocínio iluminista, para atingir a verdade, provocar mudanças necessárias na sociedade”.*⁵³

⁵¹ Nísia Floresta com base no “Quadro Demonstrativo do Estado da Instrução Primária e Secundária das Províncias do Império e do Município da Corte” (1852) percebeu como os alunos freqüentavam ou estavam distribuídos nas aulas públicas brasileiras. *Ibid.*, p. 81.

⁵² *Ibid.*, p. 81-83.

⁵³ DUARTE, Constância Lima, responsável por elaborar a introdução e notas da obra: *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, p. 24.

3.3. A fragilidade feminina, a utilidade da mulher e o valor da instrução

Nísia Floresta apoiava-se na doutrina chamada utilitarista, para defender a igualdade entre os sexos, e esclarecer à “espécie humana” de que tanto o homem como a mulher eram seres inúteis, a existência de um sem o outro, anularia a razão da existência humana. Sendo assim, esta doutrina via no útil (e na utilidade) o valor supremo da vida.

Nísia Floresta questionou o direito e a superioridade masculinas idéias amplamente aceitas e difundidas pela sociedade vigente (século XVIII e XIX), e através das quais possibilitavam ao homem olhar com desprezo a ocupação considerada como feminina, por exemplo, criar filhos. Essa autora sugeriu aos homens que:

“... consultassem a natureza nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhes, que não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa. Basta atender às vantagens que resultam ao gênero humano para convir-se nisto; eu não sei se até por esta razão unicamente, as mulheres não mereciam o primeiro lugar civil.”⁵⁴

Percebe-se nas críticas de Nísia Floresta, que a idéia de “superioridade masculina”, afastou as mulheres das Ciências. Em seu julgamento, Nísia sugeriu que os homens temiam que o sexo feminino sobressaísse ao masculino, em contato com o conhecimento. Embora, reconhecesse haver diferenças físicas entre os dois sexos, a diferença, por ela considerada mais grave, era a ausência da educação. Os cérebros humanos anatomicamente tidos por iguais, eram impedidos de desenvolver o intelecto feminino. A causa figurava no preconceito e nas tradições culturais já citadas, como: patriarcalismo, status social e as ocupações femininas.

Combatia também a idéia propagada pelo sexo masculino de que “as mulheres são criaturas destituídas de bom senso e naturalmente incapazes de se conduzir”.⁵⁵ Esse argumento masculino visava desviar o “sexo frágil” dos perigos da vida. Desse modo era considerado normal no século XIX, privar a mulher da liberdade e dos

⁵⁴ DUARTE, Constância Lima., comenta que Nísia Floresta apoiava-se na argumentação da doutrina utilitarista, a qual, via no útil (e na utilidade) o valor supremo da vida. Informa-nos ainda que “A coincidência entre a utilidade individual com a social foi um dos principais temas do utilitarismo”. Ibid., p.36.

⁵⁵ Ibid., p. 64-66.

direitos legítimos de igualdade na sociedade vigente. Nísia Floresta adverte-nos em sua obra que se o “bom senso” masculino e feminino prevalecesse com racionalidade, as vantagens para ambos os sexos fariam-se notar. A tirania e a injustiça seriam afastadas da sociedade, e os progressos morais, intelectuais e humanos seriam percebidos como benefício à nação.

Evidenciavam-se, nas concepções defendidas por Nísia Floresta, que a mulher nascera, para ser útil à sociedade. Argumentava ainda que: *“Nosso sexo parece ter nascido para ensinar e praticar a medicina, para tomar a saúde dos doentes e a lhes conservar. O asseio, a prontidão e o cuidado fazem a metade da cura; e por este motivo os homens nos deviam adorar”*.⁵⁶

As idéias do Positivismo (1851) de Augusto Comte⁵⁷ chegaram ao conhecimento de Nísia Floresta, durante sua primeira permanência em Paris, tendo a escritora assistido uma das conferências do filósofo francês sobre: “A história geral da humanidade”. Esse momento impressionou Nísia Floresta, pois no conjunto de suas idéias Comte enfatizava a igualdade das relações familiares. Isso implicava numa relação de veneração entre os filhos e os pais; e numa complexa relação de autoridade e obediência entre o esposo e a esposa.

Peggy-Sharpe Valadares comentou o pensamento de Augusto Comte sobre as relações familiares na obra *Opúsculo Humanitário*, ela revelou-nos que o positivista defendia idéias como:

*“... a autoridade do homem é inferior, porque é uma atividade intelectual, enquanto que o poder espiritual da mulher - o poder do amor - ao parecer inferior, é essencial para a família e, portanto, muito mais nobre. De acordo com essa estrutura familiar, o lugar da mulher com esposa submissa e como mãe dedicada lhe permite alcançar um estado de superioridade moral...”*⁵⁸

Peggy-Sharpe Valadares acrescentava ainda que:

⁵⁶ AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. p. 69.

⁵⁷ Difusor do pensamento científico e da atividade industrial como uma contradição ao pensamento teológico e militar do passado. Segundo Comte a única maneira de superar “crises”, seria criar uma nova ordem social, que valorizasse o pensamento científico, pois o fato refletiria na reorganização geral da sociedade. Peggy-Sharpe Valadares, in FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. p. xxiv.

⁵⁸ Peggy-Sharpe Valadares foi a autora responsável pela introdução e notas da obra de Nísia Floresta, *Opúsculo humanitário* e que descreveu as idéias positivistas de Comte, destacando as relações familiares. *Ibid.*, p. xxiv

“o cultivo dessa posição da mulher dentro da família, Comte o desenvolveu, com o tempo, até ao ponto de transformar o positivismo numa religião que celebrava a virtude feminina. Essa visão da igualdade está baseada na diferenciação das funções e das naturezas.”⁵⁹

Parece-nos, através das últimas citações, que Comte procurava demonstrar que o papel da mulher deveria sofrer uma mudança mínima na sociedade, embora ele compreendesse que: “o lugar da mulher como esposa submissa e como mãe dedicada permitir-lhe-ia alcançar um estado de superioridade moral”. Assim, como o tempo, Comte transformaria o positivismo numa espécie de religião que celebrava as virtudes femininas, marcadas por uma visão da igualdade baseada na diferenciação das funções e das naturezas dos dois sexos.

Parece-nos que Nísia Floresta absorveu uma boa parcela, tanto da visão utilitarista, isto é, a idéia de utilidade e o conceito de ser a natureza feminina igual a do homem; quanto da visão positivista, em que seria possível a mulher atuar na esfera pública, ao desenvolver e aproveitar a habilidade intelectual feminina, no intuito de edificar uma sociedade melhor e fortalecer as relações familiares.

Em nossos estudos e pesquisas no corpus bibliográfico constatamos que Nísia não foi a única mulher com destaque intelectual em meados do século XIX, no RN, pois no que refere-se à intelectualidade feminina norte-riograndense, assim como Nísia Floresta, encontramos Izabel Gondim e Auta de Souza. Duas personagens históricas, que como Nísia Floresta desejaram ultrapassar limites impostos tradicionalmente pela sociedade patriarcal do século XIX.

A primeira destas outras mulheres intelectuais de destaque no RN, foi Izabel Urbana de Albuquerque Gondim, (1833-1933) que nasceu no sítio Ribeiro, município de Papari, hoje chamado de Nísia Floresta. Através de um concurso público em Natal (1866) Izabel Gondim obteve uma cadeira de ensino primário. No entanto, desde 1861 colaborava com revistas literárias, a “*Recreio*”, por exemplo. Essa escritora publicou vários livros de versos: “*A Lira Singela*” - 1933; *Pedagogia: “Reflexões às Minhas Alunas”* - 1874/79 - 1910; *Drama: “O Sacrifício do Amor”*; e um *ensaio* sobre a Revolução de 1817. Provavelmente suas publicações possibilitaram-lhe a conquista da medalha de ouro do mérito (1927) e a proeza de ser a única mulher a associar-se ao Instituto Histórico local, no

⁵⁹ Ibid., p. xxiv

mesmo ano.⁶⁰ Segundo Câmara Cascudo: “... o ambiente provinciano não lhe afetou a imaginação, ela reagiu sempre. Nenhuma outra mulher enfrentou o silêncio deprimente da província, cujas manifestações culturais eram raras e fortuitas, excedendo o jornalismo político”.⁶¹

Esse autor tece elogios a Izabel Gondim, por esta manter-se “fiel à sua província”, enquanto demonstra insatisfação por Nísia Floresta, que “logo cedo deixou a Vila Imperial de Papari e nunca mais regressou”.⁶²

Relata-nos ainda Câmara Cascudo que Izabel Gondim viveu sempre enamorada da poesia e da história, pois lia e tomava notas, planejava livros. Também foi a única mulher que tivera a coragem de concorrer na produção intelectual ao lado dos homens, ciosos de privilégio antigo.

Os informes sobre Izabel Gondim revelam-nos que “*havia uma certa emulação entre Izabel Gondim e Nísia Floresta Brasileira Augusta, pelo fato de, nascidas ambas no então município de Papari, se distinguirem como escritoras de escol*”.⁶³ A autora em destaque, nas produções citadas por Câmara Cascudo, revelou-nos conhecimentos de pedagogia e de uma mestra dedicada ao ensino da educação, pois durante toda a sua vida, mesmo depois de aposentada do serviço público (1891), continuou a realizar cursos particulares. Segundo o autor Tarcísio de Medeiros as arestas entre Nísia Floresta e Izabel Gondim não lhes diminuíam a inteligência e a cultura com que serviram ao Rio Grande do Norte.

Em homenagem a autora, no ano de 1934 foi criado o Grupo Escolar Izabel Gondim, no bairro das Rocas, em Natal, como retribuição aos serviços prestados por essa educadora. Os relatos de Tarcísio de Medeiros, esclareceram ainda, que as economias de uma vida inteira, sem ilusão e sem amor, destinaram-se à fundação do Asilo Izabel, na cidade de Papari, educandário e abrigo para moços pobres em sua terra natal.

A segunda destas outras mulheres intelectuais, Câmara Cascudo reproduziu em uma síntese biográfica, foi Auta de Souza, tendo o mesmo Cascudo escrito sobre o tempo de existência da autora (1876-1901), falecida aos 25 anos de idade. Os relatos informam-nos que a escritora Auta de Souza nasceu em Macaíba, estudou em Recife num colégio de freiras francesas, como auto-didata e leitora assídua. Cascudo considerou-a

⁶⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 502.

⁶¹ Id. *O livro das velhas figuras*, v. 2 p. 7-9.

⁶² Id. v. 2, p. 7-9.

⁶³ MEDEIROS FILHO, Tarcísio. *Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte*, v. 1, p. 147.

como católica fervorosa, minuciosa, porém sem uma riqueza ortodoxa sobre religião. Descreveu-a como detentora de uma imaginação prodigiosa em seus versos, neles parecia revelar a existência de “*um amor sereno, um fio ininterrupto de afeição terrestre*”.⁶⁴ Esta escritora foi acometida de “moléstia física, com sofrimento diário” e o tema mórbido de uma enfermidade romântica, manteve-se em suas produções. O livro “*O Horto*” (1900), por exemplo, representou-a com “lirismo místico, com sensibilidade delicada e nostalgia, a sua inspiração colocam-na num rol de excepcional destaque na literatura brasileira”.⁶⁵

As escritoras destacadas como intelectuais do século XIX revelam-nos que apesar de existirem em número limitado, possuíam em comum o auto-didatismo, ação que certamente não foi absorvida por mulheres das camadas pobres da sociedade norteriograndense, pois eram desprovidas de instrução, não recebiam estímulo à aquisição do conhecimento e no geral limitavam-se aos afazeres domésticos, o principal papel social a elas atribuído.

3.4_ Realidade e contradições nas concepções de Nísia Floresta

Nos escritos de Nísia Floresta: o *Opúsculo Humanitário e Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, principalmente, observa-se algumas contradições entre as concepções desta autora e a realidade do seu contexto histórico. Destacar-se-á dentre outras existentes, a visão de classe, a origem e o contexto sócio-político do Rio Grande do Norte.

Sabe-se que Nísia Floresta defendia com religioso entusiasmo a nossa pátria, ou seja, o Brasil e os povos que nele encontravam-se. Sendo assim, propunha que todos os brasileiros, não importando o lugar do nascimento ou sexo ao qual pertencesse, deveriam irmanamente usufruir “dos bens distribuídos pelo seu governo”, desse modo ambos os sexos poderiam ser considerados cidadãos brasileiros (na sociedade). A defesa da mulher deu-se com maior ênfase, em Nísia Floresta por esta perceber que: inveterados costumes e arraigadas convicções mantiveram as mulheres à margem da sociedade, esse último elemento, então, identificado por ela como prejudicial à prosperidade da nação. Alertava ainda, sobre o temor social que poderia vir a alterar costumes da nobre classe, com as chamadas arriscadas inovações. Deste modo, afirmava que:

⁶⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. v. 3, p. 44-46.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 45.

*“A classe, chamada na Europa, de povo, essa nobre classe onde as virtudes se perpetuam sem o auxílio do cálculo, sem o frívolo estímulo dos vãos títulos de avós, não pode ter a mesma acepção em um país onde não há nobreza hereditária e os títulos não se conferem somente ao verdadeiro mérito”.*⁶⁶

Nísia Floresta procurou mostrar em trechos do *Opúsculo Humanitário* que o dinheiro comprava bens materiais e títulos, no entanto, a dádiva das artes e das ciências é que fariam a diferença no progresso das sociedades, principalmente por representarem ambas, os “únicos e inexauríveis mananciais de poder e de prosperidade que enobrecem povos e elevam as nações”.⁶⁷ Nesse contexto, percebemos que não importava para a autora que houvesse classes distintas de brasileiros: rica e pobre, pois só a primeira usufruía as vantagens materiais e a segunda era mantida à margem. Nísia Floresta enfatizava que:

*“Tratando da educação da mulher nessas duas classes, a voz da humanidade, primeiro, e, depois, a da honra do nosso país nos impõe o dever de insistirmos com mais energia em reclamar o melhoramento da última, principalmente daquela parte que vive sem recursos, porquanto o seu abandono a expõe aos mais tristes extremos, não possuindo o prestígio de um título nem as galas da riqueza que disfarçam e fazem mesmo desculpar os vícios abrigados nos salões.”*⁶⁸

Através de relatos de viajantes, pesquisadores como Aduino Câmara, Cascudo e Tarcísio Medeiros, em seus escritos revelaram-nos particularidades referentes à vida de Nísia Floresta. O primeiro autor, no entanto, tratou em minúcias de sua origem: pertencia à “família abastada, antiga, branca e de bom conceito, cujos domínios territoriais se estendiam por Goianinha, Penha, Arez e Papari, situados na zona hoje atravessada pela Great-Western Railway”. Os relatos de Aduino Câmara descreveram o pai de Nísia Floresta, como sendo um “europeu de espírito adiantado, adorado pelos filhos, que não trazia a mulher aferrolhada em casa, escondida das visitas. Apresentou-a a Henry Koster, em cuja companhia jantou, fato raro naquela época.”⁶⁹

⁶⁶ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*, p. 130.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 131.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 131.

⁶⁹ CÂMARA, Aduino. *Op. cit.* p. 17-21.

As considerações encontradas nas obras: *Opúsculo Humanitário e Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, demonstram quanto foi difícil e complexo no contexto sócio-político, para a mulher brasileira, principalmente para a norte-riograndense, diante das concepções de bem estar social para Nísia Floresta ultrapassam os limites de sua terra natal, enquanto espaço físico e intelectual.

Da mesma forma percebemos o quanto Nísia Floresta absorveu da leitura de pensadores como: Voltaire - sarcástico contra todas as mulheres; Montesquieu - o qual afirmava que a natureza distinguia os homens pela força e pela razão e que as qualidades do atrativo cabiam às mulheres; Rousseau - que defendia ser a mulher feita especialmente para tornar-se cativa o homem; Mary Wollstonecraft - defensora importante do pensamento feminista do século XVIII; e Condorcet - defensor dos direitos políticos da mulher; dentre outros.⁷⁰ Para que pudesse formular as próprias opiniões, além de acompanhar as transformações sociais que se davam no século XIX, sobre o valor da instrução feminina e o progresso, tal síntese indicadora do desenvolvimento intelectual de Nísia Floresta, reporta-nos à busca das críticas sociais que a autora dirigiu ao *povo brasileiro e seu governo que auto denominava-se civilizado e liberal*, e também a *Igreja Católica* defensora da moral e bons costumes da sociedade.

Nísia Floresta propôs ao povo brasileiro que observasse a emancipação feminina que se dava no Velho Mundo, e a partir disso educasse as mulheres brasileiras. Tomou por base a Inglaterra, como modelo da religião, do comércio e da liberdade, pois as mulheres inglesas representavam virtudes domésticas e valorizavam o sexo feminino. Seguiu ainda, idéias da obra de Montesquieu (*Espírito das Leis*), pois através delas Nísia Floresta pregava que a educação da mulher inglesa era como a liberdade política. Desse modo, também a religião deveria ser a base da educação da mulher.

Nísia Floresta, embora fosse católica realizou críticas às tradições cristãs do Brasil, que insistiam em manter um rebaixamento da mulher perante a sociedade, a qual enaltecia o elemento masculino. Afirmava esta autora, em defesa da instrução do sexo feminino, que:

“Dê ao sexo uma educação religiosamente moral, desvie-se dele todos os perniciosos exemplos que tendem a corromper-lhe, desde a

⁷⁰ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*, p. 27-28.

infância, o espírito, em vez de formá-lo à virtude, adornem-lhe a inteligência de úteis conhecimentos, e a mulher será não somente o que ela deve ser - o modelo da família - mas ainda saberá conservar dignidade, em qualquer posição em que porventura a sorte a colocar."⁷¹

Compreende-se que Nísia Floresta defendia o direito à instrução feminina, pois já havia percebido o empenho dos "homens pensadores" das nações cultas, ao longo do século XIX, que defenderam a educação da mulher para o bem estar geral da humanidade. Em suas críticas reconhecia Nísia Floresta que:

*"Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que obscurecem a inteligência, a conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direitos as mulheres de uma nação livre e civilizada".*⁷²

Interessa-nos ainda esclarecer que Nísia Floresta também defendia interesses como: a instrução feminina; uma sociedade mais justa, e que o *sexo feminino* não era tão desprezível, como os homens ao longo da história fizeram-no crer.

A erudição de Nísia Floresta está retratada ao longo de seus escritos, no entanto, a mesma ao término da obra *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, depois de utilizar argumentos bem fundamentados em defesa da instrução feminina, demonstra um certo recuo perante as idéias que defendia. A autora afirmava que não tinha a intenção de revoltar o sexo feminino contra o masculino, e também, que não pretendia transformar a ordem presente das coisas relativas ao governo e sua autoridade como tal. Nísia Floresta, embora admitisse não querer que as condições femininas permanecessem estagnadas, pretendia: "... somente fazer ver, que o meu sexo não é tão desprezível como os homens querem fazer crer, e que nós somos capazes de tanta grandeza d'alma como os desse sexo orgulhoso..."⁷³

Procurava, então, justificar as falhas do sexo feminino, pela privação das vantagens da educação. Colocava nessa afirmativa, que as faltas cometidas pelas mulheres

⁷¹ Ibid., p. 34.

⁷² Ibid., p. 44.

⁷³ FLORESTA, Nísia. Op. cit. p. 89.

eram o resultado do “tratamento tirânico” que os homens as fizeram experimentar. Parecer-nos que as mulheres tinham o direito de vingar-se de seus opressores masculinos, que com o tratamento imprudente que nos impunham, faziam-nos sofrer. A autora sugeriu que os sexos feminino e masculino deveriam desenvolver sentimentos de estima entre ambos, o que os tornariam felizes, e não haveria motivos para acusações mútuas.

Nisia Floresta afirmava ainda que existiam seres bons e maus de ambos os sexos, embora mantivesse a defesa fervorosa com “justificativas” às falhas femininas, em detrimento das falhas masculinas. A autora propõem ao sexo feminino que:

“... mostremo-lhes, pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seríamos capazes se nos fizessem justiça. Obriguem-los a envergonharem-se de si mesmos, se é possível, à vista de tantas injustiças que praticam conosco, e façamo-los enfim confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam a mais digna dentre nós”.⁷⁴

⁷⁴ Ibid., p. 95.

CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa esclareceu mostrou-nos as complexidades sociais que envolveram a figura feminina na sociedade brasileira, e que divergiam em diferentes pontos, da sociedade européia e norte-americana do século XIX. Afinal, a educação desse período, no Brasil, atendia em sua maioria pessoas do sexo masculino e pertencentes a elite.

As concepções ideológicas e conservadoras, vigentes no século XIX, do elemento masculino, quase que global, atendiam às exigências de uma sociedade urbana crescente, que industrializava-se e visava integrar a economia das províncias brasileiras, ao progresso que se dava em nível internacional e nacional. No entanto, internamente as barreiras tradicionais relacionadas com a instrução feminina que pareciam intransponíveis, foram mantidas.

A afirmativa defendida por Hobsbawn (1875-1914) de que o século XIX foi marcado pelo avanço intelectual, pelo desenvolvimento maciço da instrução, autodidatismo e o auto-aperfeiçoamento, são aspectos que representaram na culminância da crença liberal no progresso, ideal amplamente divulgado. Embora essa declaração fosse significativa, sob o ponto de vista social, do ponto de vista do político, enquanto a maioria dos cidadãos comuns do sexo masculino participaram da política quase que a totalidade das mulheres foram excluídas do voto. A sociedade brasileira, principalmente a norteriograndense foram amplamente influenciadas pelas transformações econômicas e sociais externas.

A pesquisa histórica que tematizava a mulher, o estudo da questão de gênero, mostrou que no auge dos movimentos feministas brasileiros (1970-80), a figura feminina tendeu a ser apresentada como heroína pela historiografia brasileira. Deparamo-nos com um patamar de contradições que envolveram interesses de grupos, diferentes opiniões divulgadas através da imprensa. Esses fatores possibilitaram-nos compreender que a historiografia foi enriquecida pelos discursos médicos, jurídicos, pela literatura, dentre outros aspectos, e incluiu as experiências pessoais, aspirações, a sexualidade, de diferentes grupos (mulheres, negros, homossexuais...). Esses aspectos abordados pela historiografia foram úteis, não apenas para desconstruir discursos masculinos como aqueles percebidos no auge da defesa feminista (1970), mas porque preenchia lacunas na

história das mulheres, e evidenciavam de forma concreta um fato material e social, concomitantemente.

Constatamos que Nísia Floresta, considerada uma das primeiras mulheres letradas do Brasil, utilizou a imprensa brasileira para divulgar suas idéias feministas com o intuito de conscientizar o sexo feminino sobre a importância do seu papel na sociedade, instigando-o a libertar-se de uma educação patriarcal e opressora. A obra *Opúsculo Humanitário* pareceu-nos sintetizar o pensamento de Nísia Floresta sobre a educação, fosse ela formal ou informal, de meninas. Nessa obra a erudição de Nísia Floresta evidenciou-se pelas leituras realizadas, a experiência no magistério e na direção do Colégio Augusto, e principalmente por toda uma gama de conhecimentos adquiridos na viagem aos países europeus no período de 1849 a 1851.

Nísia Floresta amadurecida pelas experiências pessoais vividas, defendeu a idéia de que o progresso de uma sociedade depende da instrução educacional que é oferecida aos cidadãos. Sendo assim, a sociedade brasileira deveria conceder o título de cidadã a mulher brasileira. Proporcionar-lhe-ia uma instrução educacional, que abrangesse a educação moral e a educação religiosa. Esses últimos fatores transformariam as mulheres em melhores filhas, esposas e mães, atribuir-se-ia à mulher responsabilidade no destino da nação brasileira. Afinal o objeto aqui em estudo ocuparia um espaço na ordem social e tornar-se-ia melhor companheira de seu consórcio. Essas idéias de Nísia Floresta, delineavam-na como uma mulher idealizadora, inteligente e crítica em relação ao papel social masculino.

O Rio Grande do Norte como a maioria dos estados brasileiros, vivenciou experiências sociais e econômicas, algumas relacionadas ao desenvolvimento alcançado nas áreas urbanas e provinciais. Afinal, conforme cresciam as exportações e importações geravam-se rendas arrecadadas, pelo governo provincial que investia em obras públicas na capital. Nos períodos de crise econômica (1860-1870), as repercussões sociais se faziam notar, provavelmente diminuíam-se os investimentos em obras públicas (hospitais, escolas). Sendo assim, Nísia Floresta já divulgava as dificuldades na educação da mulher norte-rio-grandense, abordando a falta de professores especializados, a ausência de carteiras, a falta constante de alunos nas escolas, o número insuficiente de escolas para atender a educação dos jovens nas províncias locais.

Uma pena que as intelectuais femininas de destaque no Rio Grande do Norte no século XIX existiram em número tão limitado. Consideramos Nísia Floresta,

Auta de Souza, assim como Izabel Gondim mulheres privilegiadas em relação às demais de sua época. Souberam aproveitar as oportunidades, unindo o fato de pertencerem às famílias abastadas à sua inquietude perante fatos, situações e atitudes discriminatórias por parte de uma sociedade provinciana e patriarcal, que envolvia a classe feminina de forma injusta.

Erudição, defesa da liberdade de expressão do direito à instrução e a educação formal para as mulheres configuravam ideais pregados por Nísia Floresta. Porém, ao analisarmos todo o contexto histórico da época, concluímos que o ideal almejado por essa grande mulher entrava em franca contradição ao deparar-se com a realidade experimentada pela grande maioria das mulheres inseridas no contexto de um Brasil provinciano e de condições sociais, econômicas e culturais arraigadas de preconceito e ignorância que predominavam no Rio Grande do Norte durante o século XIX.

FONTES:

FALAS e relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte (1883 a 1888). Mossoró: Fundação Guimarães Duque (Fundação Vingt Rosado, 2001, Coleção Mossoroense – Série “G”, n. 7)

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. 4.ed. Atualizada com estudos introdutórios e notas de rodapé de Peggy Sharp - Valadares. São Paulo. Cortez, 1989.

_____. **Opúsculo humanitário**. 4.ed. Atualizada com estudos, introdução e notas de rodapé de Peggy Sharp - Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

BIBLIOGRAFIA:

AQUINO, Aécio Villar de. Mulheres. In. **Nordeste século XIX**. [s.l.] Universitária: 1980. cap. 1, 2, p. 167-180.

L BORGES, Urquiza Maria. Modelando a Mulher Urbana (Correio Paulistano, 1850-1890). In. SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 2000. pt. 2.

CÂMARA, Adauto da. **História de Nísia Floresta**. 2.ed. Natal-RN, [s.n.] 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Rio de Janeiro. Achiamé - Fundação José Augusto, 1981.

_____. O Sítio Floresta. In. _____ **O livro das velhas figuras**. [Natal]: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - 1979. v. 4.

_____. GONDIM, Dona Izabel. In. _____ **O livro das velhas figuras**. [Natal]: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - 1977. v. 2.

_____. SOUZA, Auta de. In. _____ **O livro das velhas figuras**. [Natal]: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1977. v. 3.

HELLER, Bárbara. **Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)**. 1997. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas.

HOBBSBAWN, Eric J. A nova mulher. In. _____ **A era dos impérios. (1875-1914)**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. cap. 8.

_____. Quem é quem nas incertezas da burguesia. In. _____ **A era dos impérios. (1875-1914)**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. cap. 7.

_____. Razão e sociedade. In. _____ **A era dos impérios. (1875-1914)**. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. cap. 11.

MEDEIROS, Tarcísio de. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária: 1973. cap. 5.

MONTEIRO, Denise Mattos. Novos mercados, novas idéias e velhos poderes: a passagem de capitania à província (Primeira metade do século XIX) In. _____ **Introdução à história do Rio Grande**. Natal: Edfurn. 2000. cap. 3.

_____. Vinhos e fome: a expansão agroexportadora e a crise econômica e social (1850-1880). In. _____ **Introdução à história do Rio Grande**. Natal: Edfurn, 2000. cap. 4.

LR RAGO, Margareth. As mulheres e a historiografia brasileira. In. _____ SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, [s.d.] pt. 2.

ANEXOS



Figura 1: Imagem de Nísia Floresta na época da publicação *Opúsculo humanitário* (1832). Reproduzido de Peggy-Sharpe Valadares (1989).

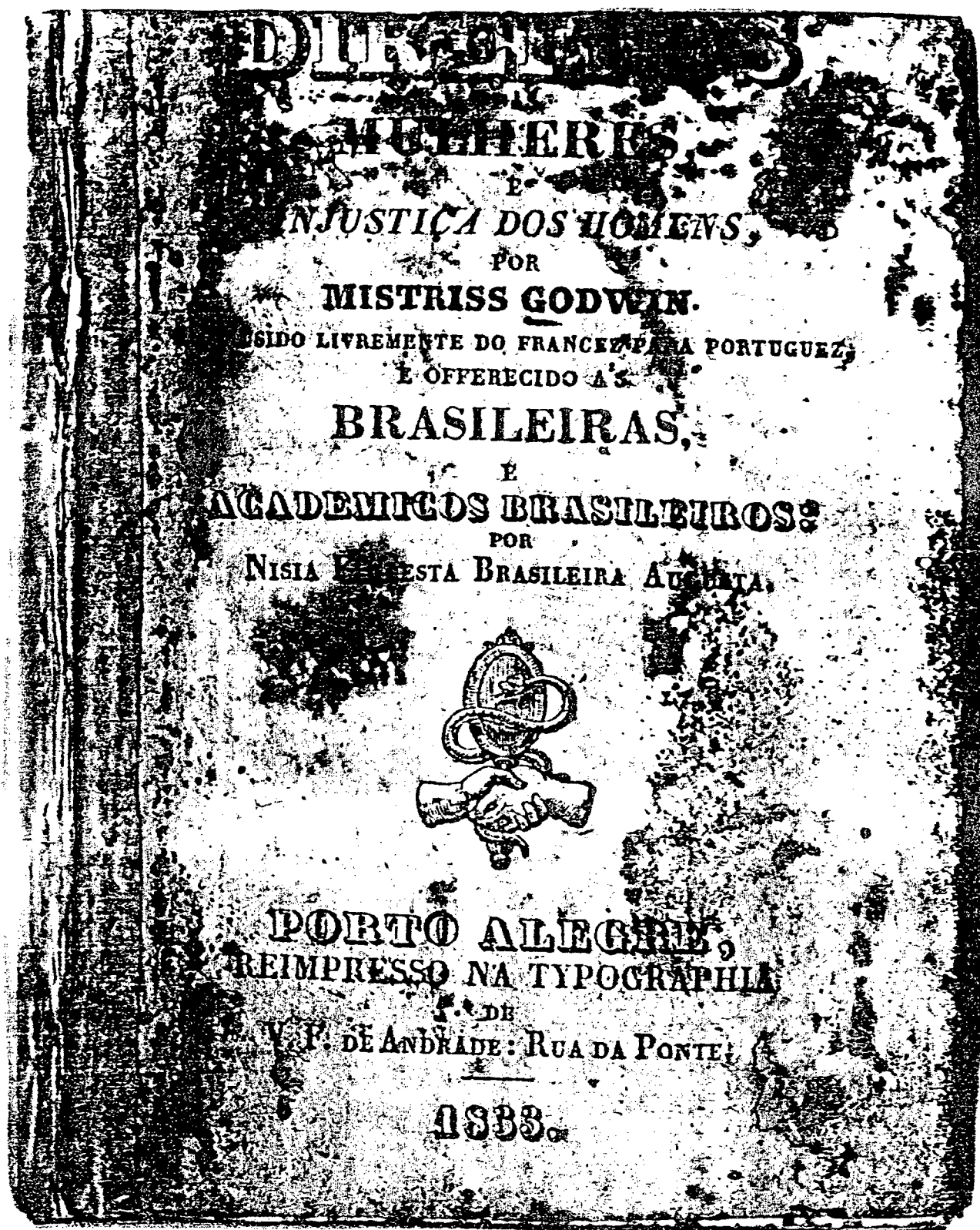


Figura 2: Capa da 2ª edição da obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1883). Reproduzido de Constância Lima Duarte (1989).

**DIREITOS DAS MULHERES E
INJUSTIÇA DOS HOMENS**

Por Mistriss Godwin

Tradusido livremente do
Francez para Portuguez,
e offerecido às

BRASILEIRAS e ACADEMICOS BRASILEIROS

Por

NISIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA

PORTO ALEGRE
REIMPRESSO NA TYPOGRAPHIA DE V. F. DE ANDRADE
RUA DA PONTE

1833

DEDICATORIA

A'S

BRASILEIRAS,

E

ACADEMICOS BRASILEIROS.

A' vós, charas Patricias, e dignos filhos de Pallas, offereço este pequeno resultado de minha applicação. Assds conheço a incapacidade de meus talentos para faser uma traducção digna de vós: porem convencida da indulgencia, e bondade, que constituem o vosso principal caracter, não hesitei propor-me a esta tarefa na esperanza de que desculpando benignos os meus erros, acolhereis as minhas boas intenções. De vós, Patricias, espero, que longe de conceberdeis qualquer sentimento de vaidade em vossos corações com a leitura deste pequeno livro, procureis illustrar o vosso espirito com a de outros mais interessantes, unindo sempre a este proveitoso exercicio a pratica da virtude, a fim de que sobressaindo essas qualidades amaveis, e naturacs ao nosso sexo, que até o presente tem sido abatidas pela desprezivel ignorancia, em que os homens, parece de proposito tem nos conservado, elles reconheçam, que o Céo nos ha destinado para merecer na Sociedade uma mais alta consideração.

E' de vós, mocidade Academica, em quem a Nação tem depositado as mais bellas esperanças.

z 1 ii

Figura 3: Dedicatória da obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. reproduzido de Constância Lima Duarte (1989).

LITERATURA DO DIA

“O Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro publicou, há pouco tempo, umas **Cartas da Itália** escritas por uma Fluminense a outra. Quem leu estas cartas havia de ter notado na viajante uma excelente faculdade de descrever as cousas, com cores vivas e animadas, e, ao mesmo tempo, com muita graça e delicadeza. Quem quer que ela seja, tem uma percepção muito fina, muito gosto artístico e sabe empregar bem a sua língua. Parece-nos, todavia, que ela não escreve só em português, mas também no francês e no italiano. Pelo menos, as suas cartas foram escritas e publicadas nessas três línguas, simultaneamente, e agora foram editadas por **Dentu**, de Paris, num livro intitulado: **Trois Ans en Italie suivis d'un voyage en Grèce. Par une Brésilienne. Ecrits en Portuguais, en Français et en Italien et publiés à Rio-Janeiro, à Florence et à Paris.** In 8vo. 362 págs.

(“O Novo Mundo”, Periódico Ilustrado do Progresso da Idade.

Registrado por J. C. Rodrigues, no ano de 1870. New-York. Novembro, 24 de 1871, 2ª Edição, Dezembro de 1874).

Reproduzido de Aduato da Câmara. (1997).

D. NÍSIA FLORESTA

Há poucos meses noticiamos o aparecimento, em Paris, de um volume de viagens, escrito em Francês, por Uma Brasileira, e cuidamos que era autora deste trabalho a mesma senhora que escrevera, recentemente, umas cartas da Itália. Vimos, desde então, a nova publicação: é ela o segundo volume dos **Trois Ans en Italie**, publicado há oito anos em Paris, e cuja autora é a assaz conhecida Sra. D. Nísia Floresta Brasileira Augusta. Os nossos leitores, sem dúvida, nos hão de agradecer o darmolhes aqui um retrato de uma das raras escritoras do Brasil.

D. Nísia Augusta, ao que nos dizem, conta perto de sessenta e dois anos, e é realmente um prazer fazer-se um retrospecto de sua vida e achar-se-á toda ocupada de trabalhos elevados e úteis, que bem mostram que ainda até entre nós a mulher não foi feita somente para criar filhos, e encerrar todas as suas aspirações no círculo das afeições domésticas e que, portanto, “a mulher não precisa saber muito”. Se há um “direito das mulheres” que, de todo o bom grado, lhes concederíamos em toda a parte, se déssemos, é o de se ilustrarem como lhes aprouver, e atirarem aos ares o jugo da ignorância, em que nós, os casacas, as queremos conservar.

Esta autora é filha do Rio Grande do Norte. Na sua mocidade, foi professora, por mais de vinte anos, no Sul do Brasil, tendo sempre lutado muito contra a “rotina” do ensino das meninas. Em 1854 foi para a Europa, onde tem residido desde então, e onde tem adquirido renome, por seus talentos superiores, revelados em muitos escritos, publicados em várias línguas.

O primeiro trabalho que publicou, foi a tradução de um opúsculo sobre **Direito da Mulheres**. Seguiram-se-lhe **Conselhos à minha filha** (1842) e **Pensamentos**, em verso, (1845). Este trabalho foi traduzido no Italiano e publicado em Florença, em 1858, e depois no Piemonte. Do Italiano, foi traduzido no Francês e publicado em 1859, também em Florença.

As outras suas obras são **Dacéz?**, historieta (1867); **A Lágrima de um Caeté** (1849); **Poesias sobre a Revolta Praeira**; **Dedicação a uma Amiga**, romance histórico em dois bons volumes (1850); **Opúsculo Humanitário**; **Itinéraire d'un voyage en Allemagne**, publicado em

Paris, por **Firmin Didot** (1857); **Scintille d'un 'anima brasiliana**, que é uma coleção de cinco estudos críticos sobre a Mulher, o Abismo sob as flores; Viagem Magnética; um passeio ao Luxemburgo, e o Brasil, o primeiro destes estudos tendo sido traduzido e publicado em Londres, em 1865. Além destas obras, e dos dois volumes dos **Trois Ans en Italie**, a autora tem publicado muitos artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, quase sempre sob as iniciais "B. A.": e nos informam que tem em seu poder e inéditos algumas das suas melhores produções, tais como uma coleção de poesias, umas "Inspirações Maternas" e umas **Memórias de sua vida**.

O retrato que publicamos, é tirado de uma fotografia já muito indistinta.

(“O Novo Mundo”, de J. C. Rodrigues, New-York, 23 de Maio de 1872, Vol. II, nº 20, pág. 133, 2ª ed. Dezembro de 1874).

Reproduzido de Adauto da Câmara. (1997).

COMUNICADO

Colégio Augusto.

Convidado a testemunhar os exames das alunas do Colégio **Augusto**, estabelecido na rua D. Manoel, e assistindo a todos eles, achamo-nos habilitados a emitir uma opinião segura acerca deste estabelecimento e do modo por que é dirigido.

Os elogios que fizermos a ele não sejam atribuídos ao desejo de proteger ou de lisonjear a sua diretora; nenhum motivo temos que nos leve a isso. Convencido de que a moralização de um povo e sua felicidade não depende menos da boa educação das meninas do que dos meninos, vemos sempre com alegria estabelecidos entre nós bons colégios, tanto para um sexo como para ao outro, e com bastante susto quando se anuncia algum dirigido por estrangeiros de quem não temos o menor conhecimento, a mais simples informação a respeito de sua moralidade e ilustração: e é por isso que nos apressamos a recomendar os que oferecem boas garantias a todos os respeitos, como este de que tratamos.

Grande número de discípulas tem a Sra. D. Nísia Floresta Augusta, e por tal forma distribui o tempo, que é a única pessoa a lecionar no seu colégio: o método que adota é simples, fácil e proveitoso; a ele e ao esmero com que o executa se deve certamente o rápido adiantamento das meninas que lhe são confiadas. Neste ano, dentre as que se sujeitaram a exames,

foram mais de vinte as premiadas; e, dentre estas, mais se distinguiram as jovens D. Lívia Augusta de Faria Rocha, em latinidade; D. Maria Rosa Ferreira, D. Maria Carolina de Mascarenhas e D. Maria Emília Braga, em história, cosmografia, italiano, etc. Entre as premiadas, algumas são educadas gratuitamente; é, portanto, a filantropia uma das qualidades que distingue a Sra. D. Nísia, e que passará às jovens que vêm executá-la quotidianamente.

No dia da distribuição dos prêmios numeroso era o concurso de espectadores que admiravam não só o ar de elegância e seriedade da meninas, o qual se adquire por imitação na infância, ou por longo traquejo de boas sociedades, como a amizade respeitosa com que as discípulas retribuíaam ao amor natural de sua boa professora.

Despedindo-se de suas discípulas, por este ano, dando-lhes alguns dias de descanso e de folguedo, a Sra. D. Nísia dirigiu-lhes uma carta de conselho, inspirando-lhes o amor ao estudo e mostrando-lhes as vantagens encontradas no caminho da virtude e os perigos da má educação e das paixões violentas.

O que acabamos de dizer não peca por exagerado: provamo-lo com as pessoas que concorreram aos exames e com as que fazem parte das famílias a que pertencem as discípulas da Sra. D. Nísia Floresta Augusta.

(“Jornal do Comércio”, quinta-feira, 24 de Dezembro de 1846, pág. 2)

Reproduzido de Adauto da Câmara. (1997).

